

O pacote da Nova República — Paul Singer

Nicarágua 86 — Marco Piva

JAN/FEV DE 1986 — Nº 16

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

Cr\$ 2.000

“A nucleação é a única forma do PT se contrapor ao poder econômico na época das eleições; é também a única forma de resistir a tentativas de endurecimento.”

(Lula — pág. 10)



Política de alianças, programa mínimo

Essas são duas das várias resoluções importantes adotadas pelo Diretório Nacional em sua última reunião, para responder ao enorme crescimento eleitoral do partido e às imensas tarefas a nossa frente. Há ainda resoluções sobre as lutas mais imediatas nos campos econômico e político, sobre as eleições diretas e sobre a Constituinte. A síntese das resoluções na página 6.

Lançada a campanha de filiação



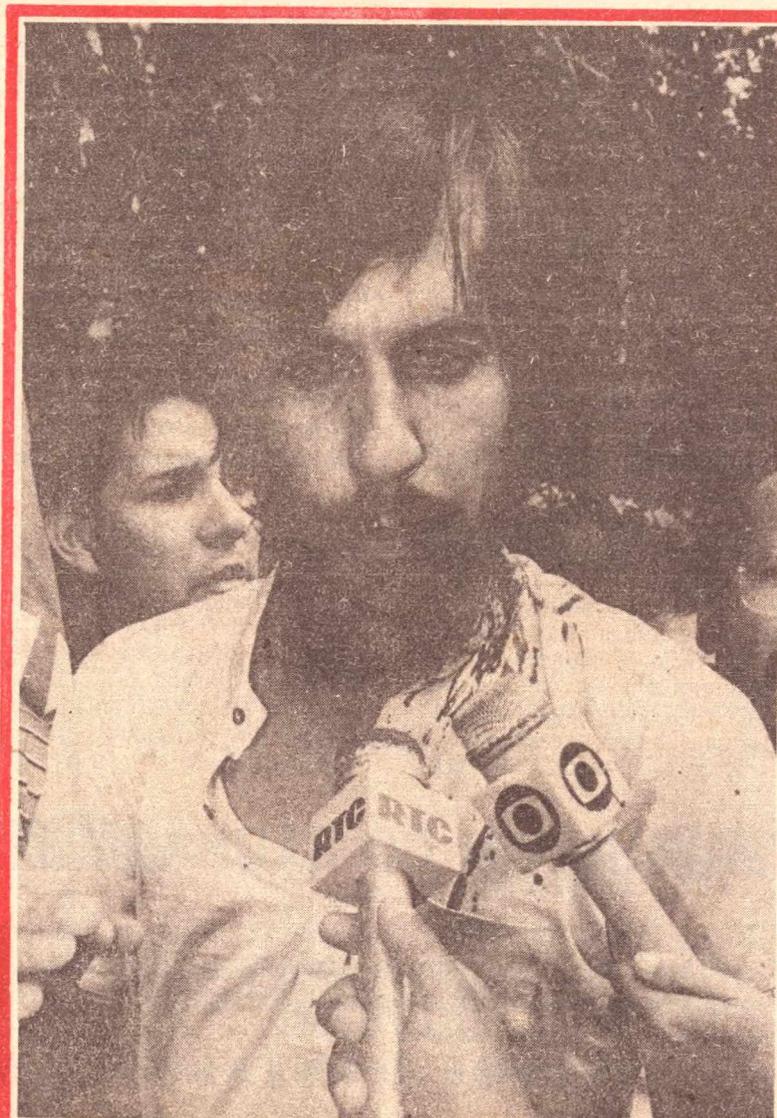
Sem luta a vida não vai mudar

Esse é um dos lemas da campanha nacional de filiação, lançada pelo partido. A Estrutura do PT está muito aquém da votação recebida nas últimas eleições e das tarefas à nossa frente. Para consolidar sua posição de partido nacional e se capacitar como alternativa de poder, o PT precisa reforçar sua estrutura, aumentar o número de filiados, modernizar e agilizar suas sedes. Tudo sobre a campanha de filiação na pg. 7.

Deputado Estadual do PT agredido pela polícia paulista.

PT NO PODER

“Não estamos nem deslumbrados nem assustados”



MAURICIO SIMONETTI/FA

Um em cada dez eleitores votou PT em novembro passado. Muitos mais votarão PT em novembro deste ano. O PT deixou de ser o partido do sonho de alguns poucos para ser o partido da esperança de milhões. É esse o significado das pesquisas de opinião pública em São Paulo, que apontam o PT como favorito nas eleições para governador. O PT torna-se uma alternativa real de poder.

Em Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle já exerce o poder petista, estimulando a organização popular e dos funcionários públicos para forçar o governo federal a assumir sua responsabilidade na herança de corrupção e de dívida deixada na prefeitura.

Em São Paulo, Jânio Quadros enfrenta uma crise semelhante, com uma política oposta, de perseguição aos funcionários públicos, de desorganização de suas entidades, de destruição de conquistas populares. É o PT se apóia nas organizações populares e propõe frentes de luta contra os atos do janismo. De todas as maneiras, o PT surge hoje como a mais sólida garantia contra um retorno da extrema direita, o mais promissor instrumento de mudanças. As tarefas pela frente são imensas. Mas, como disse o vice-prefeito petista de Fortaleza, Américo Barreira: “Não estamos nem deslumbrados, nem assustados”. (Jânio/2; Barreira/9)

As mudanças econômicas da Nova República

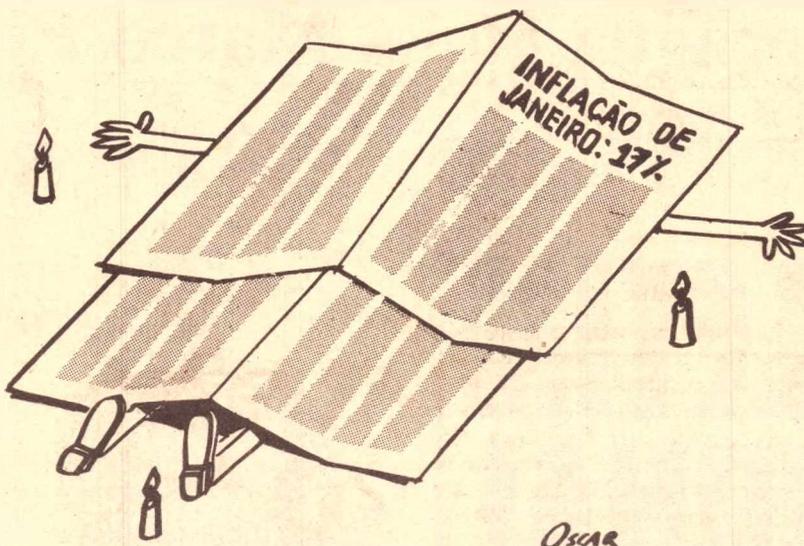
*Tão lentas e tão fracas
que mais parecem
simbólicas do que reais.*

A Nova República nasceu sob o signo da ambigüidade e assim permanece ao cabo do seu primeiro ano de existência. Tancredo construiu sua vitória com todo o seu virtuosismo de conciliador entre os que sempre apoiaram o regime militar e os que sempre se opuseram a ele. Mas quem se tornou Presidente foi Sarney, cuja falta de autoridade ainda agravou mais as contradições internas da coligação governamental.

Os trabalhadores conquistaram algumas melhoras e o máximo que a Nova República fez foi não agravar a repressão.

Tudo isso se refletiu com nitidez na política econômica. De março a agosto ficou semiparalisado entre um Ministro da Fazenda (Dornelles), que queria combater a inflação mediante medidas recessivas, e um Secretário de Planejamento (Sayad), que queria assegurar a continuidade (que vinha de 1984) do crescimento. Neste período, todas as definições de política econômica foram adiadas e quem, na verdade, garantiu não só a continuidade mas também a aceleração do crescimento da economia foi o movimento sindical, estimulado pela combatividade da CUT. Os trabalhadores, por meio de inúmeras greves, conquistaram na prática a trimestralidade, alguma redução da jornada de trabalho e reposição salarial, ao menos em parte.

As conquistas dos assalariados — para as quais a Nova República só contribuiu por omissão, isto é, por não agravar a repressão — fizeram crescer a procura por todo tipo de bens e serviços, o que induziu aumentos generalizados de produção e de emprego. É provável que o emprego urbano tenha crescido mais de 5% em 1985. Graças aos aumentos reais de salário e do emprego, o Produto Nacional deve registrar um



aumento de 7 a 8% durante o 1º ano da Nova República. Sarney está proclamando isso como um grande êxito do seu governo, mas, na verdade, o máximo que fez foi não atrapalhar.

Em agosto de 1985, com a substituição de Dornelles por Funnaro no Ministério da Fazenda, o governo adquiriu maior consistência e iniciou uma ruptura tímida com a política econômica do regime militar. Esta ruptura se verifica, p.ex., no tratamento da dívida externa: o governo resolveu “dispensar” a supervisão do FMI, deixando de lhe enviar novas “cartas de intenções” e de lhe pedir novos perdões pelo não-cumprimento das metas. Deste modo, a corrente monetarista (que quer a volta da recessão por medo de que a inflação estoure) perde importante apoio externo e o governo adquire maior autonomia para fazer sua política econômica. Não obstante, o governo continua pagando direitinho os juros da dívida externa e proclama sua fidelidade aos compromissos assumidos com o sistema financeiro internacional.

Graças a maior consistência e autonomia, o governo conseguiu finalmente, no fim do ano, começar a definir sua política econômica. Este começo tomou a forma do “pacote” econômico, que obriga uma mini-reforma tributária, restrição aos gastos públicos, programas sociais e a unificação da correção monetária. As mu-

danças no Imposto de Renda não são tão grandes como as contravérsias fazem aparecer e implicam em pagamento maior das grandes empresas (por recolhimento antecipado), dos aplicadores financeiros e das pessoas com rendas altas (acima de 20 ou 30 salários mínimos). Haverá um modesta redução do imposto para os que ganham renda média (até 10 salários mínimos) sendo que a grande massa, que ganha até 3 salários mínimos, em nada é afetada, pois já estava isenta. De qualquer modo, é um passo à frente, na linha do Projeto de Programa Econômico do PT, que propõe o reforço dos tributos diretos (dos quais o Imposto de Renda é o principal) e a extinção gradual dos indiretos.

O governo dispensou a supervisão do FMI, mas continua pagando direitinho os juros da dívida externa

Mas, a mudança na tributação, as restrições aos gastos públicos e os programas sociais são de fato muito tímidos, sendo demagogicamente inflados pela propaganda governamental (e, em certa medida também, pela gritaria da oposição de direita, que saiu a campo em “defesa do contribuinte” rico). Os programas sociais — distribuição de leite, merenda

escolar etc. — deverão beneficiar um número muito menor de pessoas do que o previsto na mensagem do governo pois as verbas destinadas a eles são muito pequenas. Trata-se realmente dum “pacotinho”, cujos efeitos para os trabalhadores serão pouco mais que inócuos, face às carências reais da população pobre.

Mas, o pior não foi o conteúdo mas a forma com que o “pacote” foi submetido ao Parlamento. Apresentadas 5 dias antes de se encerrar a sessão Legislativa, as propostas empacotadas foram propositalmente subtraídas do debate público e parlamentar. O governo conseguiu formar um “rolo compressor” que aprovou o pacote sem qualquer exame sério de suas conseqüências, degradando o Legislativo e anulando qualquer intervenção das forças organizadas da sociedade. Reafirmou assim a Nova República o estilo de fazer política econômica do regime militar, negando frontalmente a participação popular e até parlamentar no processo.

O pacote dá um passo na direção certa, ao taxar as grandes empresas e ganhos financeiros. Mas um passo muito tímido

A Nova República mudou de fato a orientação da política econômica, mas tão devagar e com tal falta de vigor que a mudança parece mais simbólica do que real. Some-se a isso a indefinição da política salarial e trabalhista e a ambigüidade do Programa de Reforma Agrária e o resultado é um quase-imobilismo. Sem pressões vigorosas e bem organizadas do movimento operário e camponês, o mais provável é que o governo Sarney se mostre incapaz de sair do lugar. Cabe ao PT, reforçado pela votação obtida em novembro de 1985, e à CUT retomar a mobilização por uma política de fato redistributiva, que passa inevitavelmente pela reformulação do salário mínimo e do salário—família e pela conquista de uma efetiva reforma agrária.

Paul Singer

OU VAI OU RACHA

Com esta edição o BOLETIM NACIONAL cumpre sua promessa de chegar a 16 páginas.

O custo da edição foi de Cr\$ 26 milhões, sem contar o correio. Não deixe a peteca cair. Faça assinaturas do Boletim.

E preciso que cada leitor consiga pelo menos três assinantes. Tire xerox do cupom de assinatura (pg. 15) e faça uma campanha de divulgação do BN entre seus amigos de trabalho. Se você já está fazendo uma ótima divulgação e tem muitos assinantes em vista, escreva ao BN pedindo um bloco de Cupons de Assinatura.



Jânio declara guerra às forças democráticas

Ao investir contra os setores mais organizados do funcionalismo e ao eliminar conquistas da população, Jânio se oferece como líder de um eventual retorno da direita extremada.

Em poucas semanas Jânio Quadros traçou de forma clara o que serão os seus três anos de mandato. Um governo que privilegia os interesses dos empresários e das multinacionais, e que, sob a aparência de austeridade e eficiência administrativa, promove sistemática perseguição aos setores mais desprotegidos e desorganizados da sociedade, os idosos, os cortiçados, os moradores das periferias, os subempregados, além de avançar sobre os setores mais organizados e politizados do funcionalismo público.

A proposta de reurbanização da região central de São Paulo, onde a desapropriação, a construção e os lucros (principalmente os lucros) ficam por conta das empresas de construção civil, expulsa toda a população pobre da região sem a menor preocupação, como diz o Secretário do Planejamento: "Provavelmente vão continuar morando em São Paulo mesmo".

Todos os idosos que possuem carteira de passe-livre, juntos, correspondem a 4% do total de passageiros transportados por dia pelos ônibus urbanos de São Paulo. Suprimir o passe-livre dos idosos não é mais que uma homenagem do Prefeito às empresas particulares de ônibus, que sempre foram contra essa concessão.

A construção do Monotrilho já está decidida (ainda que não se saiba onde) pois tem o financiamento prometido pela Mitsubishi — a empresa fabricante.

A proposta de planejamento familiar anunciada pelo Secretário de Higiene e Saúde (acusada de irresponsável pela Associação Paulista de Medicina) baseada em ampla distribuição de anticoncepcionais, interessa fundamentalmente aos grandes laboratórios internacionais.

A extinção da Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes) e a desarticulação de seus programas, é um grave retrocesso. Trata-se de transformar a questão social novamente em caso de polícia. Não é casual o fato da Fabes compor a recém criada Secretaria da Defesa Social à qual está subordinada a Guarda Civil Metropolitana. O efeito real dessas medidas será a destruição de um conjunto de concepções e práticas duramente elaboradas durante anos, resultado da integração de funcionários da Fabes com os

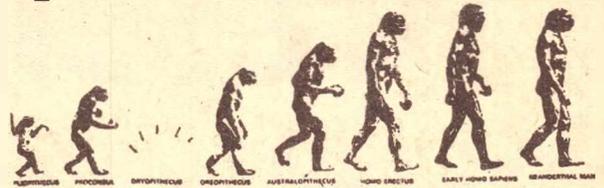
movimentos populares. Perdem muito os moradores das periferias, perde muito a Cidade.

Capítulo importante deste des-governo é a demissão de funcionários contratados em 83, 84 e 85. Nós nos opomos firmemente a essa medida. Defendemos claramente, durante a campanha eleitoral, a profissionalização do funcionalismo público: TREINAMENTO SISTEMÁTICO, MELHORIA SALARIAL COM CONSEQUENTE AUMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E APOIO E INCENTIVO À ORGANIZAÇÃO SINDICAL. Não há como aceitar a demissão em massa que sempre se segue da admissão em massa.

Na forma em que estão estabelecidos os decretos de demissão implicam perseguição política, seja porque atingem exclusivamente aos funcionários admitidos no período Covas, seja porque há fortes indícios de demissão seletiva de militantes sindicais. Entre os demitidos está Walter Takamoto, um dos principais líderes da Associação dos funcionários da Fabes: "É agitador", disse Jânio.

As informações sobre a formação da Guarda Civil Metropolitana estão nos causando profunda preocupação. O diretor nomeado da Guarda, Tenente-Coronel José Ávila da Rocha teve uma trajetória autoritária e atrabiliária à frente da FABES.

O critério de seleção — reservas procedentes do Batalhão de Guardas da Polícia do Exército — mostra bem uma concepção de polícia formada e subordinada ao exército, dentro da doutrina de segurança nacional e portanto a uma distância enorme de uma polícia democrática, integrada com a população e eficiente por esta razão e não pelo seu poder de fogo e capacidade de repressão. Não há na instrução militar nenhum componente que sirva à formação eficaz competente e democrática, de uma polícia de prevenção ao crime. Uma Guarda Municipal assim despreparada não fará mais do que aumentar a confusão reinante na atuação policial em São Paulo. O cenário que se apresenta é de inalterabilidade da situação de insegurança em que vive a população e de formação de uma guarda pretoriana



SUDANA/Osair

inútil para a cidade, muito útil para o Prefeito.

O Governo do Sr. Jânio Quadros está operando politicamente em duas frentes: promovendo a articulação dos liberais do PFL com quadros dispersos do malufismo e obstando ou eliminando conquistas democráticas da população. O Secretariado e o conjunto dos cargos de confiança da Prefeitura foram ocupados por um forte grupo de ex-arenistas, por malufistas convictos, por participantes de estruturas de repressão política, por janistas históricos, vários liberais e algumas nulidades. Essa conformação mostra que Jânio promove em São Paulo a maior articulação que a nível nacional é desempenhado pelo PFL. Trata-se do evidente fortalecimento em São Paulo de um dos braços da

"Aliança Democrática" e Jânio se oferece como líder de um movimento de direita nacional. Ao PTB tem cabido resmungar. E ao se identificar tão ostensivamente com os remanescentes da repressão, Jânio se oferece como líder de um eventual retorno dessa direita.

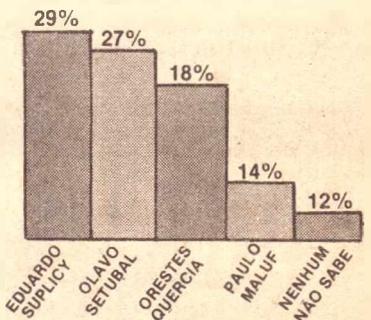
Não é inútil observar que a prática do governo do PMDB que desmobilizou a FABES, que não produziu estruturas organizadas para a defesa das medidas democratizantes, abre grande espaço para as investidas antidemocráticas do janismo.

Antonio Doria
Presidente do Conselho
Político da Capital (SP)

E AGORA ZÉ?

Segundo a pesquisa de opinião pública publicada pela **Folha de São Paulo** no domingo, 19 de janeiro, Eduardo Suplicy, do PT, detém 32% das intenções de voto para o governo do Estado de São Paulo, nas eleições de novembro deste ano, enquanto Orestes Quércia, do PMDB, chegou ao máximo de 25%. E agora, José? Como fica a tese do voto útil? O PMDB vai retirar a candidatura de Quércia para apoiar o PT?

Se fossem estes os candidatos a governador do Estado de São Paulo, em quem o (a) sr (a) votaria?



(Antonio Carlos Fon)

Pesquisa realizada pela Folha de S.Paulo



Presença da CUT

*Como evitar que as eleições sirvam apenas para desviar as atenções e legitimar o poder?
A CUT responde: com um calendário de lutas que una todos os trabalhadores e que se reflita diretamente no debate da Constituinte.*

Foi a maior zoeira. “Calendário da subversão”, “greve geral com data marcada”, “ameaças no ano novo”, até luta armada e coisa e tal. A grande imprensa patronal fez o maior alarde.

Em São Bernardo do Campo, 247 dirigentes estaduais e regionais e a Executiva Nacional da CUT estiveram reunidos durante três dias para discutir a situação nacional oito meses após a instalação da “Nova República”, a avaliação das lutas de 1985 e a preparação das atividades para 1986. A Plenária Nacional, instância de deliberação da CUT, concluiu que o ano de 86 é muito importante para os trabalhadores. Não só por tratar-se de um “ano eleitoral”. Mas porque, em primeiro lugar, completam-se cem anos das primeiras manifes-

tações pelo 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores (Chicago, 1886), e a CUT está disposta a grandes manifestações.

Em segundo lugar, porque “a classe trabalhadora brasileira tem reivindicações essenciais inadiáveis que precisam ser atendidas. Reivindicações que representam mudanças profundas absolutamente fundamentais e que até o momento não foram acatadas pela Nova República”, como diz a resolução da Plenária.

Na verdade, para a Plenária, “o que mudou neste país foi fruto da luta organizada dos trabalhadores que recusaram o projeto da Aliança Democrática e seu pacto social”. E, uma vez que “nada indica que a situação vai mudar e que venham a ser atendi-

das as aspirações populares “grandes lutas se avizinham”.

Por isto a Plenária decidiu, no plano político mais geral, desdobrar-se numa campanha nacional pela retomada das diretas para Presidente da República e, denunciando as limitações do congresso constituinte aprovado no encerrar do período legislativo de 85, lutar para garantir a participação popular na Constituinte, efetivamente democrática, livre, soberana e exclusiva.

Em relação à questão do campo, a Plenária definiu seu apoio à ocupação das terras, entendendo que reforma agrária não se faz com discurso ou boas intenções, mas com terras. E a partir de uma vigorosa denúncia da chacina de trabalhadores rurais empreendida pelo latifúndio, definiu o com-

bate contra a violência no campo e pela punição dos assassinos e mandantes.

Seis grandes reivindicações abrirão a chamada Campanha Nacional de Lutas de 1986: redução da jornada para 40 horas, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, reajuste trimestrais, salário-desemprego, salário mínimo real (o calculado pelo DIEESE) e o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. A partir daí a CUT vai lutar pela unificação das campanhas salariais, pela unidade dos trabalhadores da cidade e do campo e para que toda a polêmica de 86 não sirva, uma vez mais, para simplesmente legitimar o poder da classe dominante.

Calendário

Nos dias 8 e 9 de janeiro, a Executiva Nacional, encarregada pela Plenária Nacional, definiu as datas do calendário aprovado em dezembro. Ele inicia-se com a colocação da Campanha Nacional nas ruas nos meses de janeiro e fevereiro. Em março, no dia 6, a CUT deve entregar ao Presidente as suas reivindicações, ao mesmo tempo que buscará organizar os trabalhadores do país inteiro em torno destas bandeiras para que no 1º de Maio, juntos cidade e campo, cobrem do governo federal uma resposta às reivindicações apresentadas.

É neste processo de organização nacional que devem os trabalhadores discutir sua participação e suas propostas para a Constituinte, rompendo as limitações do ano político, do voto na urna ao menos pior, e sobre tudo, avançando no processo de organização dos trabalhadores.

E, é claro, isto sempre dá chiadeira na classe dominante.

Flávio Pachalski

Movimento dos Sem-Terra

Surgiu em Souza o movimento dos trabalhadores sem terra, fruto do I Encontro dos Trabalhadores, realizado em dezembro de 84 pelo PT, que na oportunidade tirou como deliberação a necessidade de ocupar terras pertencentes ao Estado.

Foi assim que, pela primeira vez na história de Souza — uma cidade tradicionalmente conservadora, onde duas famílias se digladiam pelo poder — os camponeses assumiram sua independência e deram uma resposta àqueles que enganam os trabalhadores... Uma propriedade do Estado denominada Santarém foi ocupada pelos trabalhadores. Vale ressaltar que esse imóvel foi comprado pelo Estado a preço elevadíssimo e vinha sendo utilizado pelos proprietários de gado em detrimento dos camponeses que vieram para a cidade por falta de terra.

De início, apenas 10 trabalhadores foram a Santarém, expulsaram o gado e seus proprietários. Com muita dignidade e organização os trabalhadores enfrentaram as armas dos proprietários e mandaram que fossem criar o gado nas suas próprias terras, que já são demais.

Já contando com mais 50 trabalhadores, plantaram milho, feijão, arroz, para dar de comer as suas famílias. Mas antes de terminar o inverno e de colherem os legumes o governo do PDS/PFL determina que passem as máquinas no plantio para iniciar o projeto de construção de casas que há mais de três anos estava engavetado.

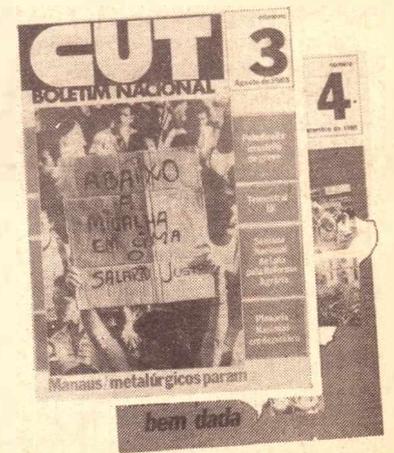
Mas os trabalhadores, com o apoio da direção do PT não deram moleza: disseram ao governo que só passariam as máquinas se houvesse uma indenização justa e que estavam prontos

a enfrentar a polícia e todo o aparelho repressor do governo. Saímos vitoriosos, fruto da organização e da coragem.

Mas o movimento não morreu aí. O PT fez uma convocação e continuamos a nos reunir durante o ano todo, discutindo, convocando novos companheiros a participar do movimento e ocupar novas terras. O movimento cresceu e com cerca de 200 trabalhadores entramos na outra parte de Santarém e na terra vizinha que é da Universidade e que estava ocupada pelo gado dos latifundiários. Já estão plantando e o movimento cresce a cada dia com a entrada de novos companheiros que entendem que a terra é de quem nela trabalha.

O mais absurdo é que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Souza não está dando apoio e só faz denunciar contra o movimento. Mas os trabalhadores estão entendendo que é preciso tirar o presidente do Sindicato e colocar uma diretoria que esteja do lado da classe, e para isso já foi criada a oposição sindical para derrubar essa diretoria. Vamos à luta!

César Nóbrega
membro do
Diretório Municipal do
PT



FILIE-SE AO



A praga do bicudo no Sertão da Paraíba

E o governo cruza os braços.

É muito grave a situação da cultura do algodão no semi-árido nordestino, particularmente no alto sertão da Paraíba. A perspectiva é sua total destruição pela praga do bicudo. O algodão é a única cultura de mercado que o sertanejo nordestino aprendeu a cultivar ao longo dos últimos 200 anos, juntamente com o milho, feijão e arroz. É com o algodão que ele paga todas suas contas, veste a si e a sua família. Trata-se da lavoura mais simples e menos custosa. Portanto a situação apresenta características de verdadeira calamidade para a estrutura sócio-econômica da região, já que o agricultor não conhece outra alternativa. Aliás, para que no semi-árido houvesse alternativa diferente seria necessário uma mudança completa na agricultura. Passar dos métodos atuais para outros bem mais modernos.

O desastre que começa a se abater sobre a região, em certos aspectos, é pior do que a seca, porque uma vez que o agricultor atravessa o período de estiagem, ele consegue retomar ao nível anterior, reconstituir sua produção para a subsistência.

A praga do bicudo ameaça quebrar toda a estrutura sócio-econômica de uma vasta região atingindo duramente milhões de agricultores, onde os mais afetados serão em primeiro lugar os trabalhadores sem terra e o pequeno e médio proprietário. O médio proprietário menos porque conta com as possibilidades de substituição do algodão pelo aumento do rebanho. Mas o trabalhador sem terra e o pequeno proprietário não têm saída nenhuma. Diante dessa grave realidade, é revoltante observar a insensibilidade com que os poderes públicos, particularmente os governos estaduais e federal encaram essa grave situação. Não foi encarado por parte dos poderes públicos nenhum programa sério de combate à praga ou soluções alternativas para fazer frente a essa situação. Apenas algumas prefeituras, pouquíssimas, como a de Antenor Navarro — PB pressentindo a situação difícil elaboraram alguns projetos com culturas alternativas como a cana para a produção da rapadura, a mandioca para farinha, culturas que já foram muito tradicionais na região, mas que por falta de apoio e assistência dos poderes públicos se extinguíram. Tais projetos foram enviados à apreciação com pedido de aprovação urgente para a SUDENE e ao Fundo Federal Agropecuário (FFA) do Ministério da Agricultura.

O único partido, na região, que está seriamente preocupado com esse problema é o PT.

Severino Dantas
membro do Diretório Estadual-PB

PALAVRA DE LÍDER

E agora, o que fazer com a vitória?

Paulo O. Azevedo, da Comissão Executiva Nacional

Apronfundar o debate; reforçar o partido; aliar-se a outras forças populares, preparando um programa alternativo ao da combatida Aliança Democrática.

As eleições municipais modificaram profundamente o quadro político brasileiro.

Senão vejamos:

1. Os partidos que compõem a Aliança Democrática (PMDB e PFL) foram derrotados em centros importantes. O PMDB perdeu no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, São Paulo, Fortaleza. O PFL, apesar de parcialmente vitorioso em São Paulo em função da coligação feita com o PTB, a nível nacional viu sua proposta política ser fragorosamente derrotada.

2. O PDS, até alguns anos atrás, detentor absoluto do poder político no país, onde conseguiu lançar candidatos — à exceção de São Luís do Maranhão — foi repudiado nas urnas pela imensa maioria da população, a ponto de colocar em discussão a sua viabilidade como partido político. Os seus líderes buscam hoje nova sigla partidária para poder continuar com sua política contra os interesses populares. Vide o exemplo de Antonio C. Magalhães, o tristemente famoso "Toninho Malvadeza", que recentemente se filiou ao PFL.

3. As chamadas "forças progressistas", que nas eleições de 82 haviam sido derrotadas nas urnas, ressurgem no cenário político brasileiro demonstrando grande vitalidade e surpreendendo os órgãos de pesquisa e os analistas políticos.

Há que se destacar o fantástico crescimento do PT que aumentou 70% dos votos em relação a 82 obtendo 10,1% dos votos em todo o país. Nosso partido obteve expressivas votações em Goiânia — onde vencemos, sendo porém fraudados os resultados —, Aracaju, Vitória, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre,

bem como em várias outras cidades do interior dos estados, além, é claro, da magnífica vitória em Fortaleza.

Ao lado do avanço do PT, é preciso se registrar as vitórias de Saturnino Braga no RJ e Alceu Collares no PA, ambos do PDT e de Jarbas Vasconcelos, do PSB em Recife, todas com características populares e de oposição à transição conservadora capitaneada pela Aliança Democrática.

Nesse sentido, a Aliança Democrática viu seu projeto de transição sofrer um abalo. Os dois partidos que lhe dão sustentação foram derrotados nos grandes centros o que poderá trazer em seu seio rachaduras imprevisíveis. Como exemplo, podemos citar SP, onde esses dois partidos, PMDB e PFL, se colocam em campos opostos, lançando candidaturas próprias à sucessão do governo estadual.

Por outro lado, saíram vitoriosas as propostas que se colocavam contra o Colégio Eleitoral e portanto, contra as forças que se aglutinaram em torno de Tancredo Neves.

Este novo quadro político, onde o fortalecimento do PT é uma realidade palpante, coloca para o Partido algumas questões-chaves:

1 — aumenta consideravelmente nossa responsabilidade perante as grandes massas trabalhadoras, que começam a acreditar na nossa alternativa democrática e popular;

2 — nossa estrutura organizacional não corresponde à votação que tivemos. Por isto, melhorar nossa infraestrutura (finanças, imprensa, formação de quadros, etc.) é um desafio a ser encarado com mais seriedade pelo conjunto dos petistas, e não ape-

nas pelos companheiros da Secretaria de Organização.

3 — outra questão é sem dúvida o aprofundamento da discussão da política de alianças que nos interessam.

Apesar de toda nossa dedicação e esforço, dificilmente conseguiremos acumular forças suficientes para sozinhos nos contrapor à transição conservadora. Outras forças políticas, comprometidas com as lutas populares, mas que não estão integradas ao PT, também se opõem à Aliança Democrática.

Avançar numa proposta de programa mínimo alternativo que não entre em contradição com nossos princípios, ampliar nosso leque de alianças com outras forças progressistas que possibilitem uma melhor conscientização e organização das massas populares, são desafios a serem superados pelo nosso Partido.

O ano de 86 promete ser de intensa luta dos trabalhadores e das amplas massas na busca do atendimento de suas reivindicações. Reforma Agrária, 40 horas semanais, trimestralidade, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e outras bandeiras, devem ser vistas com muita atenção. Ligar essas lutas com a questão política mais geral, fará com que a participação popular dê ao Congresso Constituinte caráter bem diferente das intenções da Aliança Democrática. Precisamos discutir mais a fundo o caráter do Estado brasileiro. Ai se coloca um ponto chave do nosso programa: o Socialismo.

Acredito que assim procedendo, estaremos superando nossos desafios e construindo e melhorando a cada dia nossa organização partidária: o Partido dos Trabalhadores.

Constituintes petistas

Todos os treze sindicatos representados na última reunião da Plenária Constituinte do Oeste Catarinense, escolheram o PT como o partido opcional mais coerente e representativo dos interesses dos trabalhadores na Constituinte. A reunião aconteceu no dia 21 de dezembro em Concordia, Santa Catarina, com 41 representan-

tes de sindicatos rurais e urbanos. Cada sindicato já havia feito uma pesquisa entre seus filiados, perguntando a cada um se era favorável ao lançamento de candidatos a Constituinte e qual o partido de sua preferência. O resultado mostrou que todas as categorias são favoráveis ao lançamento e apoio de candidatos, e

que todos apontaram o PT como preferido. A região é economicamente dominada pela Sadia, e politicamente dominado pelo PDS, o que confere importância ainda maior a essa manifestação. A Plenária Constituinte do Oeste Catarinense, como todas as plenárias, é supra partidária

Irma Passoni



Por um Programa Mínimo Alternativo

O PT vai se munir de um novo instrumento que lhe permitirá superar a fase de denúncias e propostas genéricas e se apresentar ao conjunto das forças populares como alternativa real de poder, capaz de conduzir à transformação da sociedade.

O PT está começando a preparar um Programa Mínimo Alternativo, válido até 89. Essa foi, por certo, a mais abrangente das principais resoluções do Diretório Nacional reunido em 15 e 16 de dezembro, em São Paulo. Dela decorreram duas outras resoluções tratando de temas imediatos: Lutas Políticas e Lutas Econômicas. As três formam um conjunto bastante avançado de propostas que nascem de uma análise de conjuntura baseada em quatro pontos principais: o enfraquecimento da "Aliança Democrática", o avanço popular e reivindicativo, o desempenho eleitoral positivo do PT em novembro de 85 e as perspectivas de dificuldades econômicas e sociais para a classe trabalhadora nos próximos anos.

O Diretório Nacional também discutiu outros assuntos. Por 23 votos contra 15 e duas abstenções, aprovou o parecer de Hélio Bicudo ao recurso de Sandra Starling, Virgílio Guimarães e outros contra o Diretório Regional de Minas Gerais, que convocou e realizou o Encontro Regional durante a campanha eleitoral de Belo Horizonte; o parecer de Bicudo reconhece ao DR de Minas o poder dessa convocação. Outras alegações do recurso, como irregularidades em convenções municipais e no próprio Encontro Regional, ficaram de ser apreciadas em outra reunião do Diretório Nacional. Até lá, uma comissão eleita pelo DN tentará buscar um acordo entre as partes conflitantes do PT mineiro.

Também foram aprovados o relatório e os planos da Secretaria Nacio-

nal de Organização, inclusive a Campanha Nacional de Filiação, que já está em pleno vigor. (ver matéria ao lado)

O salto eleitoral do PT que, obtendo 10,1% dos votos, teve confirmadas suas características de partido nacional de massas, conferiu-lhe novas responsabilidades na conjuntura política. O desafio colocado exige uma alternativa que se contraponha aos dois projetos básicos da burguesia hegemônica: o da **direita**, representado por Jânio Quadros, Maluf, a linha dura militar, etc., e o do **centro conservador**, de Sarney, do PMDB-PFL e dos que os apoiam.

O Programa Alternativo

Para enfrentar o desafio, o PT deve munir-se de um instrumento que lhe permita passar das fases de denúncia e do enunciado de bandeiras genéricas, para uma nova fase, mais complexa: a de apresentar-se ao conjunto das forças populares como uma alternativa real, com propostas concretas capazes de conduzir à transformação da sociedade.

Foi essa a resolução aprovada pelo Diretório Nacional, que também definiu os principais papéis desse Programa Mínimo Alternativo: ele terá de servir de eixo de orientação para a militância em geral, campanhas eleitorais, Constituinte e Constituição, lutas imediatas, política de alianças e até como subsídio para os petistas eleitos em postos parlamentares e executivos.

Nesse sentido, o Programa Mínimo Alternativo terá de ser suficientemente abrangente para conter propostas nas áreas econômica, social, educacional, sanitária, ecológica, cultural, habitacional, tecnológica, energética, etc., bem como política e institucional.

A Comissão Política da Comissão Executiva Nacional, encarregada de encaminhar a execução das resoluções aprovadas pelo Diretório Nacional, criou um Grupo de Trabalho, que já iniciou suas atividades e que estará apto a apresentar, brevemente, um esboço de texto a ser amplamente discutido pelo conjunto do Partido, antes de ser submetido à votação nas próximas reuniões e encontros.

Lutas Políticas

Todas as lutas de caráter político deverão estar esboçadas no conteúdo do Programa Mínimo Alternativo. Mas, enquanto se processa a discussão do Programa, o Diretório Nacional destacou três dessas lutas que, pela urgência e relevância, devem ser enfrentadas desde já. São elas: Constituinte, Diretas e Reforma Agrária.

Constituinte — O projeto apresentado pelo PT (Projeto Djalma Bom) previa a imediata convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, exclusiva, unicameral, precedida da revogação total das leis repressivas (LSN, salvaguardas, etc.) e da convocação de assembleias municipais consultivas para recolher subsídios populares à Constituição. Ao instalar-se no começo de 86, a Constituinte fixaria a data e a forma da sucessão de Sarney; o futuro Congresso, a começar em 87, já seria eleito sob a nova Constituição: uma ruptura democrática, enfim.

Mas o projeto do PT perdeu e quem ganhou foi o Governo, que quer, apenas, um Congresso com funções constituintes.

Diante disso, o PT reiterou sua disposição de, mesmo assim, tentar tornar o mais democrática possível a eleição de deputados e senadores que comporão esse Congresso. Isso significa continuar lutando contra a LSN e demais leis repressivas e pela extinção dos aparelhos repressores, ampla liberdade de organização partidária; direito de voto para cabos, soldados, marinheiros e praças; acesso democrático de partidos e candidatos à produção e à divulgação nos meios de comunicação (jornais, revistas, rádios e TV); mudança na atual proporcionalidade de fixação do número de parlamentares por Estado; neutralização da influência de militares na atividade legislativa, etc.

E, além disso tudo, o PT também vai apresentar o seu projeto de Constituição — e, para isso, já começou os estudos preliminares.

Diretas — O PT, que defende eleições diretas em todos os níveis, reivindica que a sociedade brasileira tenha o direito e a oportunidade de decidir quando quer que se faça a eleição direta do sucessor de Sarney. O PT quer que um futuro presidente, diretamente eleito pelo povo, tenha suficiente respaldo político para efetuar as reformas de que a população precisa. Para dar vigência concreta a essa posição, o Diretório Nacional delegou à Comissão Política o encargo de elaborar um roteiro de encontros com forças políticas a fim de se combinar uma linha de ação comum.

Reforma Agrária — O PT vai procurar transformar a campanha pela reforma agrária num amplo movimento de massas no campo e nas cidades e enfrentar o peleguismo que ainda existe no meio do movimento sindical dos trabalhadores rurais. No nível regional, o PT deverá avaliar as forças em disputa e o grau de organização dos trabalhadores, bem como procurar outras forças para uma solidariedade concreta nas lutas pela posse da terra, pela defesa das lide-ranças ameaçadas e pelo repúdio aos constantes assassinatos de trabalhadores rurais.

Política de Alianças — Para realizar todas essas lutas, o PT vai estabelecer critérios e roteiros que se constituam num protocolo básico para uma política de alianças.

Lutas Econômicas

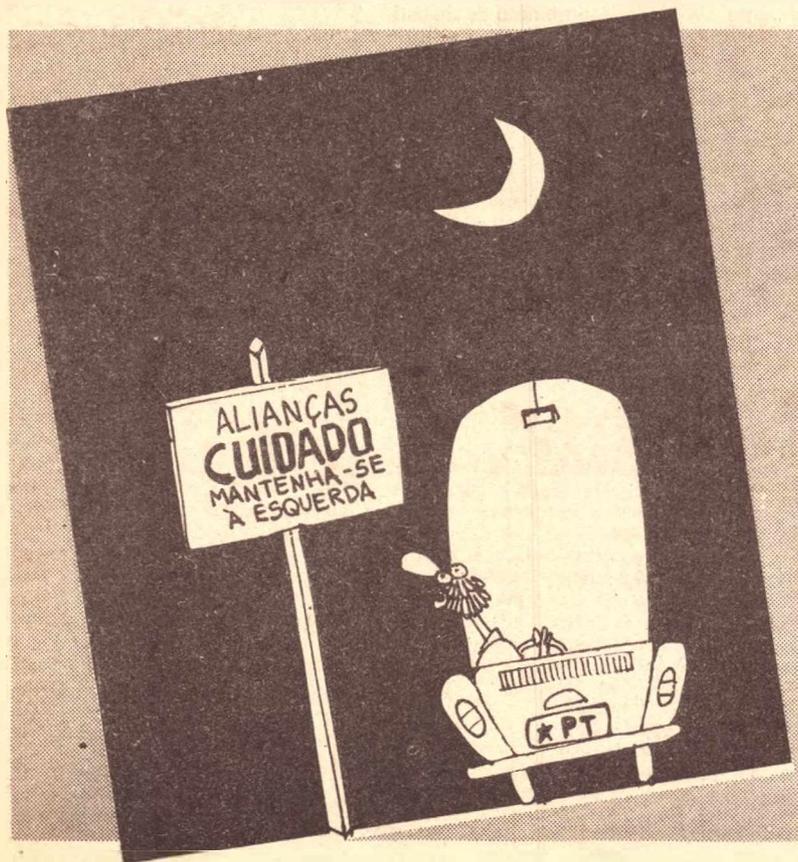
O Diretório Nacional considerou que a política econômica do Governo continua subordinada à linha do Fundo Monetário Internacional, não tem sido capaz de conter a inflação e é inteiramente contrária aos interesses dos trabalhadores.

Assim, o DN resolveu combater o recente pacote fiscal e econômico do Governo e exigir, além disso: tributação sobre lucros dos empresários; controle de juros e preços; garantia de programas sociais.

O DN também reiterou a posição de continuar lutando pelo rompimento dos acordos com o FMI e pela suspensão do pagamento da dívida externa, com investigação caso a caso.

Ao lado disso — e enquanto o Partido elabora o seu Programa Mínimo Alternativo, que conterà um capítulo sobre Economia — o PT defenderá um conjunto de bandeiras de lutas imediatas, das quais as principais são as seguintes: trimestralidade, redução da jornada, liberdade e autonomia sindicais, seguro-desemprego, reforma tributária, cesta básica de alimentos, direito de moradia, reforma urbana e fim da especulação imobiliária.

Perseu Abramo
membro da CEN do PT



Um PT nacional, uma nova organização



HORA DA VERDADE

Em entrevista "verdade" o tesoureiro nacional do partido, Clóvis Ilgenfritz da Silva, nos disse que tudo depende de você, filiado e simpatizante.

O PT aprimora sua organização. Nos dias 12 e 13 de dezembro realizamos em São Paulo a primeira Plenária Nacional de Organização, com a presença de Secretários de 16 Estados e outros membros do Diretório Nacional. Após o relatório de cada Estado discutimos as grandes questões levantadas: Consolidação e renovação legal do PT a nível nacional; funcionamento das Secretarias de Organização Regionais: infra-estrutura, propaganda e formação política, e a Campanha Nacional de Filiação e Nucleação. Ficou definido que cada Estado deverá esforçar-se por montar uma infra-estrutura material mínima para o seu funcionamento, ou seja: ter uma sede que permaneça aberta ao público, funcionário que dê plantão em atendimento a quem procure o Partido, telefone, equipamento de impressão gráfica, etc. Sobre este ponto a situação do PT no país já melhorou bastante e precisamos avançar. Ficou acertado também que até março todos os Diretórios Regionais deverão fazer suas convenções, precedidas evidentemente das municipais, de forma que o Partido esteja renovado legalmente em todos os Estados e Territórios para a Convenção Nacional em 31 de maio. Neste ponto, sobre legalização, ficou clara a necessidade do crescimento político qualitativo do Partido. Para isso aprovamos a realização, em integração com a Secretaria de Formação Política, de um Encontro Piloto de Formação Política básica a ser realizado como experiência, em Sergipe, com a Regional e as municipais do Estado.

O ponto principal de discussão e deliberação da Plenária foi a Campanha Nacional de Filiação e Nucleação. O objetivo da campanha será transformar em crescimento e reforço da estrutura orgânica, a simpatia conseguida pelo PT durante a campanha eleitoral de 85, bem como recontatar os filiados ao Partido, dos quais perdemos os endereços. Verificamos que a estrutura do PT hoje é menor que sua procura e potencialidade. A campanha será de massa mas procurará não repetir os erros cometidos durante a primeira campanha de legalização quando filiamos as pessoas, mas, na maioria dos casos, não lhes demos condições concretas de continuar a participar do Partido. O PT precisa consolidar-se como alternativa partidária real e concreta diante das outras propostas partidárias. A campanha será coordenada pela Secretaria Nacional de Organização, mas quem deverá realizá-la, inclusive no que diz respeito às metas e aos prazos serão os Diretórios Regionais e Municipais. Discutimos ainda que a filiação não deve se restringir às pessoas interessadas no Partido com a possibilidade de militar regularmente nos organismos partidários. Reconhecemos que existem diversas disposições de participação, e temos que nos preocupar em encontrar novas formas, além dos núcleos que contemplem esta diversidade. Todos os diretórios já receberam as instruções sobre a realização da campanha. Agora é mãos à obra!

Deputada Irma Passoni
Carlos Eduardo Zanatta

Como fazer o PT chegar a todos os cidadãos?

(Diretrizes da Campanha de Filiação)

- 1) Cada Diretório Municipal deverá definir suas metas integrado com o Diretório Regional.
- 2) Cada Diretório Regional soma o que será feito no seu Estado, redefine as metas e as prioridades estaduais e comunica à Nacional.
- 3) Promover em cada Estado uma entrevista coletiva, com um ato público, para lançar a campanha em data apropriada.
- 4) Garantir plantão permanente nas sedes regionais e nas sedes municipais para que as pessoas possam encontrar o PT. Onde não houver sede, a casa de um companheiro deverá ser considerada como SEDE do partido e nela deverá ser colocada uma faixa com o slogan da campanha, para que as pessoas da cidade (ou bairro) saibam aonde é que devem se dirigir para se filiar.
- 5) Colocar bancas de filiação em locais de grande concentração de pessoas como praças, portas de fábrica, escolas etc. Ali companheiros do PT estarão com material para fazer a filiação, com material de divulgação e até de finanças do partido.
- 6) Manter a imprensa do Estado e do Município informada do desenrolar da campanha. Fazer boletins para a imprensa.
- 7) Promover atos públicos de filiação em massa e de filiação de personalidades do movimento popular, sindicalistas e parlamentares de outros partidos, que entrem no PT. Não esquecer de avisar a Imprensa destes atos públicos.
- 8) Promover com cada grupo de novos filiados ao partido uma reunião que apresente o PT. Esta reunião deverá transmitir aos recém-filiados o que é o Partido, seu programa, as grandes campanhas que o PT vem realizando agora, como é sua estrutura e quais são as formas de participação no PT, que o filiado tem. Brevemente estará à disposição dos companheiros o roteiro para esta reunião.

BN — O PT parece ter dinheiro para algumas coisas e não ter para outras, às vezes mais simples e mais baratas, mas consideradas de menor importância. Afinal o PT tem ou não tem dinheiro?

Clóvis: Dizer que o PT, a nível de Tesouraria Nacional não tem dinheiro seria uma contradição, já que temos conseguido pagar nossas despesas. A rigor não temos deixado de realizar nossos principais compromissos como despesas administrativas, sede, viagens dos dirigentes e parlamentares aos estados de todo o país. O que tem sido uma decepção no PT, em termos de finanças, é que os filiados e militantes assim como os organismos (Diretórios e núcleos), salvo exceções, não têm assumido a questão financeira com a seriedade necessária.

O PT se sustenta a nível de Diretório Nacional, atualmente, por quatro tipos de arrecadação, aprovadas em suas pré-convenções nacionais:

1) Contribuição do Núcleo ou Diretório equivalente, no mínimo, ao preço de um cafezinho por filiado. Esse valor é dividido entre as instâncias do partido (40% para o Núcleo, 30% para Diretório Municipal, 20% para Diretório Estadual e 10% para Diretório Nacional), conforme Estatuto e Regimento Interno.

2) Contribuição de 40% sobre o salário fixo variável mais seções extras dos parlamentares federais, hoje apenas 5.

3) Arrecadações extras, realizadas por grupos, setores e pela própria Tesouraria Nacional como festas, bailes, shows, venda de livros, material de divulgação (broches, estrelas, adesivos, camisetas etc), iniciativas como a Agenda PT-86 lançada pela Tesouraria Nacional, rifas ou "ações entre amigos" e contribuição de simpatizantes e filiados respondendo a solicitações através de cartas e do Boletim Nacional.

4) Fundo Partidário — contribuição do governo para todo Partido, proporcional ao número de deputados federais. Para o PT as quantias são irrisórias, se considerarmos que deveria ser dividido por todos os municípios brasileiros onde temos Diretórios. Em 1985 o total recebido foi de Cr\$ 358.704.851.

BN — Financeiramente falando, o que funciona e o que não funciona dentro do PT?

Clóvis: Dessas quatro formas de arrecadação a que menos funciona e arrecada ainda é a primeira. Até dezembro de 85, a dívida dos Estados para com a Tesouraria Nacional era de Cr\$ 123.046.560. Os parlamentares federais têm em parte, com sérias dificuldades, conseguido suprir uma parcela da nossa Previsão Orçamentária. As arrecadações extras, em algumas ocasiões, têm sido a salvação, mas funcionam de forma, ainda emergencial, em cima de apelos para cobrir despesas inadiáveis como: Programa Nacional de Rádio e TV, Edição de Documentos e necessidade de viagens dos dirigentes. O que realmente não funciona é o compromisso de contribuição dos Núcleos e Diretórios. A maioria dos Diretórios e suas Tesourarias não cumprem: as resoluções do partido, não fazem arrecadações, não remetem os percentuais aos organismos do partido. Falta disciplina e eficiência. O fato de que alguns Diretórios cumprem as resoluções

comprova que a política é acertada. Acho importante, ainda, dizer que fizemos várias tentativas de descentralizar o trabalho da Tesouraria, mas apesar de termos constituído uma Comissão Nacional de Finanças, dividindo o país em regiões, isto na prática não funcionou.

BN — Insistir nos apelos para que os militantes contribuam é suficiente ou deveríamos buscar novas saídas?

Clóvis: Muitas vezes a nova saída funciona como uma espécie de fuga. Temos que insistir nos apelos para que os militantes, filiados e simpatizantes contribuam, caso contrário quem irá contribuir? Que novas saídas são essas? Vamos apelar para os métodos dos partidos tradicionais? Vamos nos comprometer com grupos econômicos?

BN — Entramos num ano de campanhas eleitorais, falta de recursos financeiros pode ser fator de derrotas, assim como a arrecadação bem feita e bem aplicada pode viabilizar vitórias. Quais as necessidades financeiras para este ano? Há novos planos de arrecadação de fundos? Quais?

Clóvis: O PT tem funcionado melhor em termos de finanças é nas épocas de eleições, ou interna para os Diretórios ou as eleições para cargos majoritários e proporcionais. Isso é verdade, infelizmente ainda sentimos essa prática dentro do PT. Por quê? Somos o Partido para o Ano Inteiro. As questões de finanças do PT não estão sendo encaradas como tarefa política de fundamental importância e que devem ser assumidas com seriedade por todos os seus militantes, não devem também ser consideradas como questões tarefas, mas sim de disciplina e necessidade partidária.

Levaremos à Pre-Convenção Nacional algumas propostas discutidas na Comissão Executiva e Diretório Nacional que precisam ser implementadas no partido. Estaremos publicando para todo o partido um Manual-Cartilha sobre as questões financeiras (técnicas e legais) e ainda sugestões e experiências vividas com um resultado positivo por alguns Diretórios. As necessidades financeiras para este ano são enormes. O número de reuniões do Diretório e Executiva Nacional, a necessidade de infra-estrutura material e humana, a maior exigência da presença dos dirigentes nacionais em todas as regiões do país, o aumento, muito acima da inflação, das passagens, o crescimento orgânico que o PT deverá ter em 86 e outros fatores nos obrigam a triplicar, no mínimo a arrecadação de 1985 que atingiu Cr\$ 358.704.851, enquanto as despesas foram de Cr\$ 345.333.207. Em 85 fechamos o balanço com um pequeno superávit o que não quer dizer vantagem a não ser contábil, pois muitas coisas deixaram de ser feitas por falta de recursos. Gostaria de pedir aos petistas que façam uma autocrítica no sentido de avaliar quais as suas contribuições para que o PT melhore suas finanças. Fomos capazes de corrigir e superar nossos vícios capitalistas? Houve coerência política entre nossas idéias e nossas ações práticas?

Tesouraria Nacional

Rua Santa Terezinha, 35 Porto Alegre — CEP 90040 — RS. Fone: (0512) 31-0066.

FORTALEZA



SAÚDE

Um enorme desafio

CORRUPÇÃO ENTREGA AO PT UMA PREFEITURA DESTROÇADA

Trinta mil pessoas enchiam a Praça José de Alencar. Petistas de todas as regiões do Brasil — vindos de ônibus, avião ou carros particulares —, se acotovelavam diante do palanque. Bandeiras, músicas, cantores, palavras de ordem. Sem dúvida, a maior festa popular que Fortaleza assistia. Uma festa política e democrática. Maria Luiza Fontenele tomava posse na prefeitura da capital cearense. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, ao lado de Jacó Bittar e de vários membros da direção nacional prestigiavam e participavam da posse da primeira prefeita do PT.

administração passava a defender.

Antes de completar um mês da posse, Maria Luiza já se deparava com grandes desafios: os cofres da Prefeitura estavam “emborcados”, minados pela corrupção ativa e passiva. O funcionalismo municipal acuado pelos salários atrasados deflagra greve. As ruas de Fortaleza são tomadas pela sujeira do lixo amontoado: era a greve dos lixeiros. Só para o mês de janeiro uma dura previsão: 80 bilhões de cruzeiros em dívidas que viriam se somar à astronômica cifra de 500 bilhões em compromissos a pagar.

Maria Luiza e o seu secretariado não escamotearam as dificuldades. A prefeita tampouco tomou medidas punitivas ou repressivas contra os grevistas. Procurou assegurar o direito dos trabalhadores municipais e foi ao encontro deles, buscando, através do exercício real da democracia, encontrar soluções junto com o próprio povo. Antes, porém, procurou mostrar a situação caótica das finanças municipais. A prática corrupta das administrações passadas legava à administração petista uma prefeitura destrocada. E, enquanto encerrávamos esta edição, Maria Luiza cobrava do governo federal uma posição. Afinal de contas, ela garantia: o povo de Fortaleza não poderia ser responsabilizado pelo pagamento dessa enorme dívida externa construída pela malversação dos dinheiros públicos. Nesse sentido, cobrou audiência a José Sarney. Não para pedir, mas para exigir a liberação imediata de recursos “a fundo perdido”. E para isso, ela está respaldada, de fato, no apoio popular.

Diante das dificuldades que começam a ser enfrentadas pela prefeitura petista de Fortaleza, uma secretaria aparece como das mais importantes, dados os grandes problemas que encontrou, e da necessidade urgente de respostas. É a Secretaria da Saúde, que inaugurou sua gestão em meio a uma greve dos trabalhadores a ela ligados. O novo secretário é o médico Manuel Dias da Fonseca Neto (39 anos), nascido em Quixadá-CE, especialista em saúde pública. Tem uma longa militância política, desde os tempos universitários. Ex-integrante da Ação Popular, passou pela prisão e foi um dos fundadores do PT no Ceará, do qual continua como membro, na Executiva Estadual.

nizar contra os que tentam atrelá-lo, ou apesar deles.

UMA NOVA POLÍTICA

O secretário da Saúde de Fortaleza também mostra o programa elaborado para enfrentar o duro desafio: a primeira coisa é alcançar a unificação do sistema municipal de saúde. Depois: definir os domicílios sanitários por região. Isso significa uma tentativa de, através da delimitação geográfica, racionalizar o planejamento, facilitando o permanente controle do quadro de saúde de cada região. E mais: a) dar maior poder decisório ao nível operativo; b) tentar incrementar a participação da comunidade naqueles níveis; c) a busca permanente da eficiência, da resolutividade e da humanização do serviço público. Entende ainda Fonseca Neto que “a participação da comunidade será um aprendizado para os dois lados”. E afirma:

— Por um lado, nós não podemos querer cooptar as lideranças comunitárias, no sentido de tolher a sua independência. Por outro lado, devemos criar espaços para que elas não só intervenham no processo (particularmente na questão da saúde, em que elas são objeto e fim da própria saúde), mas também tenham parcela de poder não só na fiscalização, mas na definição das prioridades.

Sobre as greves, Fonseca observa: “A administração petista vai ser transparente. Sempre colocaremos claramente a real situação administrativa e financeira. Saberemos compreender o direito de reivindicação dos trabalhadores. Ou seja: nós vamos respeitar as greves justas”.

A OPÇÃO PELO PT

Depois de sair da prisão, Fonseca se afastou da militância clandestina. Entusiasmado com a proposta do Partido dos Trabalhadores, a ele se filiou imediatamente, participando ativamente do seu processo de construção. E ele explica porque PT:

— Desde a militância de AP, através do contato com os movimentos, com a realidade do povo, percebi que as mudanças sociais de fundo só poderiam ocorrer, a partir de uma política que expressasse a luta dos próprios trabalhadores. Não me atraiu continuar em partidos clandestinos. Eles continuavam vendo a coisa de fora para dentro, de cima pra baixo. Não viam que outros segmentos podem se organizar, podem criar suas próprias formas de luta. E o PT veio para romper com essa visão. Veio para mostrar que o povo pode se orga-

OS PRIMEIROS DESAFIOS

No seu discurso de improviso, Maria Luiza procurou deixar claro: não seria uma tarefa fácil administrar Fortaleza. Em suas mãos — afirmava — uma herança desastrosa marcada pela corrupção das administrações anteriores. Em nenhum momento, a prefeita petista escondeu o jogo e observou que, apesar de tudo, confiava na proposta de governo que o PT oferecia à população fortalezense: uma administração democrática, aberta e voltada principalmente para as camadas mais exploradas e carentes de Fortaleza. E anunciava a confiança nos Conselhos Populares e num secretariado competente e comprometido com o caráter popular e democrático que a nova

flagelados



Fortaleza, 82

NAIR BENEDICTO/F4

fome



Fortaleza, 83

JUCA MARTINS/F4

Américo Barreira :

“Não estamos nem deslumbrados, nem assustados”.

Américo Barreira, 71 anos, professor, vice-prefeito de Fortaleza. Eleito ao lado de Maria Luiza, já foi candidato a governador do Ceará pelo PT. Considerado como uma das maiores autoridades em municipalismo do país, ele não exerce uma função decorativa na administração petista de Fortaleza. Ao contrário, o professor Américo é uma das peças mais importantes na elaboração da proposta administrativa do PT e é tido como “ministro especial” da Prefeitura.

Confiante e cauteloso, o vice-prefeito expõe para o Boletim Nacional sua visão sobre os desafios e as formas de enfrentá-los pela equipe do governo Maria Luiza.

BN — Sendo autoridade em municipalismo, como vê a administração do PT sem apoio da Câmara, do Governo e sem uma Lei Orgânica que possa dar maior respaldo ao poder público municipal?

AMÉRICO — Não nos intimida a administração de Fortaleza, em que pese encontrarmos a Prefeitura profundamente anárquica, duramente atingida pela corrupção e vermos o município com obrigações a pagar na ordem de 500 bilhões de cruzeiros. É evidente que a expectativa não é otimista. Tenho repetido que se o

povo puder ter um pouco de paciência, esse povo massacrado, submetido à avalanche dos aumentos da velha e da Nova República, submetido a achatamento salarial em todos os níveis, ao desemprego total (são mais de 300 mil desempregados em Fortaleza), mas, se assim mesmo, na sua força, coragem, o povo manifestar um pouco de paciência e ao mesmo tempo nos oferecer o seu apoio que até agora não nos foi negado, tenho a convicção de que, a partir de abril, nós já começaremos a pôr as coisas nos eixos e começará a fluir efeitos progressivamente intensificados da nossa marca administrativa. Não estamos nem deslumbrados nem assustados. Nós buscamos o caminho da consulta democrática e muito austera para a montagem do governo municipal. Temos uma equipe muito homogênea, muito afinada, sem discrepância, em que a fala da prefeita chegue da mesma maneira em todos os segmentos do primeiro, segundo e terceiro escalões e pensamos chegar a uma coerência tão firme que a fala de qualquer pessoa da composição governamental seja a fala da própria prefeita Maria Luiza. Meu papel é, sem dúvida, muito relevante, mas Maria Luiza é uma moça muito inteligente, competente, muito capaz e eu nunca me

comprometi nem me comprometeria a usurpar suas funções. Serei um auxiliar, um colaborador.

BN — Voltando ao problema do municipalismo. Não há contradição entre o municipalista e o homem de esquerda que o senhor é?

AMÉRICO — Fui chamado há muitos anos a colaborar no movimento municipalista que se esboçava e, durante a Constituinte de 46, formei no primeiro bloco desse movimento em defesa das prerrogativas dos municípios. Fui fundador da Associação dos Municípios do Ceará e da Associação Brasileira dos Municípios. Paralelamente aos movimentos populares tive uma militância muito ativa no municipalismo. Fui preso como subversivo, o que para mim constitui muita honra, mas não como corrupto, como muitos não foram. Mesmo nesse tempo participei de muitas lutas no interesse dos municípios, como, por exemplo, para impedir a subtração de recursos que a revolução, através de um cearense que se dizia municipalista, o general Castelo Branco, castrando uma conquista que vinha da Constituição de 46 que era a participação dos municípios no Imposto de Renda e no Imposto Sobre Produtos Industrializados. Àquela época, os municípios tinham uma



O vice-prefeito Américo Barreira

participação de 20%. Castelo Branco reduziu para oito. Isso é uma fonte de desastrosas ocorrências na área da vida municipal brasileira, um retrocesso do desenvolvimento brasileiro no município, causa fundamental do endividamento dos municípios brasileiros nestes 20 anos do desastre revolucionário. Então, nunca dissocié as duas coisas. Sempre achei que o municipalismo era a forma intuitiva e correta da análise da realidade brasileira e nunca me senti incompatibilizado por ser ao mesmo tempo municipalista e um homem do socialismo, da extrema-esquerda, onde sempre militei. Nunca militei no centro, nem na direita e nem na esquerda cor-de-rosa e festiva. Sempre fui da esquerda esquerdíssima e assim me mantenho e não estou arrependido.



Fortaleza, 84



NAIR BENEDICTO/F4

Fortaleza, 85



maria luiza



Violência no Campo



A violência que se abate sobre as lideranças e os militantes do movimento sindical rural, bem como sobre a massa dos trabalhadores do campo brasileiro, atinge, hoje, sob o governo da "Nova República", índices alarmantes. A chamada "aliança democrática" em pouco menos de um ano na condução do país, assassinou mais trabalhadores do que a Ditadura Militar nos seus últimos três anos de governo. Hoje, no Brasil, morre assassinado, em média, um trabalhador a cada dois dias.

Podemos identificar algumas características principais dessa violência que atinge os trabalhadores rurais. Em primeiro lugar é uma **violência de classe**. É a violência dos que têm contra os que não têm. Quem é agredido, quem morre, é o trabalhador, não o

latifundiário que detém o poder econômico e político a partir do monopólio da terra.

Em segundo lugar é uma **violência generalizada**: as agressões, as expulsões, os assassinatos estão presentes em todo o país e não apenas em uma ou outra região particular de conflito.

Em terceiro lugar, é uma **violência seletiva**. Os trabalhadores violentados — em geral assassinados — são, quase sempre, aqueles que se destacam na luta pela terra ou nas lutas sindicais por melhores condições de vida e trabalho.

Parece óbvio que esta violência de classe, generalizada e seletiva só pode ser uma **violência organizada**! Há uma orientação geral que norteia o comportamento dos grandes proprietários em cada lugar, e, por conseguinte, dirige a ação dos jagunços e, muitas vezes, da própria polícia, na eliminação dos dirigentes e das lideranças do movimento dos trabalhadores rurais.

Possivelmente, ainda não existe um plano nacional de eliminação das lideranças de trabalhadores rurais, quer dizer: não existe ainda uma lista nacional dos "cabras marcados para

morrer". Não há mais dúvidas, todavia, de que existem listas regionais elaboradas sob a luz de uma orientação geral nacional: a eliminação das "cabeças". Estados como Pará e Goiás ilustram claramente a existência dessa violência organizada, ou melhor, dessa organização da violência, ou ainda, de organizações patronais que executam a violência em âmbito regional a partir de uma orientação nacional. Tudo indica que a luta para barrar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da "Nova República", bem como as articulações, ora em andamento, para garantir a eleição de constituintes comprometidos com o latifúndio, possibilitaram a aglutinação da direita, no campo brasileiro, com vistas à organização da violência contra os trabalhadores rurais. Tiraram-se orientações nacionais que hoje estão sendo aplicadas em várias regiões do país.

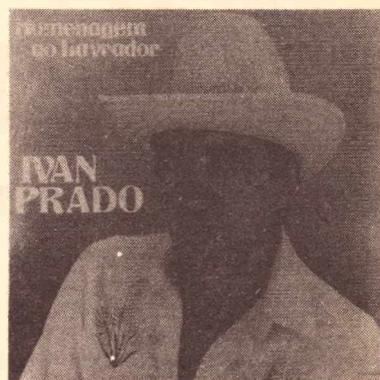
Em Goiás, o assassinato de Nativo da Natividade Oliveira, presidente do STR de Carmo do Rio Verde e dirigente estadual da CUT, é um exemplo claro dessa violência de classe seletiva e organizada. Nativo não estava envolvido em conflitos de terra, que, aliás, inexistem em seu município e região. Nativo, porém, pela sua destacada atuação sindical, incomodava fazendeiros como Genésio Pereira, diretores da FAEG, Federação — patronal! — da Agricultura do Estado de Goiás, como Geraldo Reis, e o próprio prefeito de Carmo do Rio Verde, Roberto Pascoal, do PMDB, conforme o inquérito policial já comprovou. Nativo, então, passou a fazer parte da lista dos latifundiários de Goiás, que têm a seu serviço uma ampla rede de executores, um verdadeiro "sindicato do crime" que agencia pistoleiros por preços que vão, hoje, de um a dez milhões de cruzeiros. Tudo isso de acordo com o depoimento assinado de João José Magalhães, um dos executores de Nativo, preso no início de janeiro.

Diante dessa organização da violência no campo brasileiro a "Nova República" não toma nenhuma providência. Em primeiro lugar porque os governos da chamada "aliança democrática" estão, via de regra, envolvidos nos crimes. Em segundo lugar porque boa parte da base eleitoral da "Nova República" continua sendo constituída pelo voto de cabresto dos caciques regionais. A transição conservadora vive assim uma contradição: por um lado é vanguardada pelos capitalistas "avançados" dos grandes centros industriais; por outro lado se apoia no latifúndio, o qual, por sua vez, abre espaços para a atuação da direita, envolvendo desde os ideólogos da repressão até o mais vil banditismo organizado.

Pintou quem faltava

Na reunião da Comissão Executiva Nacional do dia 13 de dezembro foi nomeada a Comissão Diretora Regional Provisória de Roraima. Era a única estrela do PT que faltava nos céus do país, a de Roraima. Nossos companheiros da Comissão Provisória já estão nomeando as comissões municipais e fazendo as filiações para implantar com toda força o PT que faltava!

Ivan Prado: o menestrel do campo assumindo o PT



Ivan Prado, cantor e compositor sertanejo, atrai multidões por onde passa, com sua voz e músicas fortes. A temática principal do trabalho desse **menestrel do campo** é a luta dos trabalhadores rurais. Para fazer um **show** no interior ele cobra em média 10 milhões de cruzeiros, mas impõe uma condição: o direito de defender cantando ou falando uma reforma agrária realmente justa para o país. E suas músicas geralmente tratam disso, como é o caso, por exemplo, de "A grande esperança", o grande hino do camponês regravado agora por Ivan, depois de ter sido proibido em todas as emissoras de rádio pela ditadura militar, logo após o golpe de 64: "A classe operária e a classe operária/ ansiosa espera a Reforma Agrária" (...) "A desigualdade que existe é tamanha/ enquanto o rico não sabe o que ganha/ o pobre do pobre vive de tostão".

Com o PT

"Só agora estou vendo a importância do Partido dos Trabalhadores. É o único que tem uma proposta séria para o problema do campo. E da cidade também. O PT é um partido predestinado." É Ivan Prado fazendo uma espécie de profissão de fé petista, ao mesmo tempo em que garante: "Estou pronto. O PT pode contar comigo". E, entusiasmado, compôs SALVE O PT, hino de linguagem simples e música combativa. "O PT nasceu com uma estrela/ pra guiar os trabalhadores/ no trabalho e contra as injustiças/ dos burgueses e dos exploradores".

O caso Nativo é ilustrador dessa violência de classe seletiva e organizada: uma violência da direita! Em defesa de Geraldo Reis, um dos mandantes do assassinato, acorreram logo seus colegas da Federação patronal. Em ofício encaminhado dia 28 de Outubro de 1985 — cinco dias após o crime — à direção do jornal "O Popular" de Goiânia, Paulo Seroni, presidente da FAEG, criticou o jornal por ter divulgado notícias referentes ao envolvimento de Geraldo Reis, acusando "setores ideológicos e até da Igreja" de fomentarem "invasões de terras, criando condições que tenderiam a justificar reações do mesmo nível". Tentando se defender das acusações, o próprio Geraldo Reis enviou ao mesmo jornal, em 19 de Novembro de 1985, uma nota na qual acusava Nativo de pessoa que viajava "para outros estados onde agia com vigor, com paixão, concitando trabalhadores a pressionarem os poderes constituídos... que acredita encontrar soluções onde elas não existiam, (tendo) viajado a Cuba, Nicarágua, Guatemala, na tentativa de trazer estratégias de conduta para o nosso povo..." A defesa ideológica do dirigente patronal Geraldo Reis se enquadra perfeitamente nas articulações que ora se realizam para a organização da violência. Em Goiás, foi criada, em meados do 2º semestre de 1985, a UDR — União Democrática Ruralista — com objetivos puramen-

te ideológicos, para defender a "iniciativa privada" e impedir que se ameace o capitalismo, como afirmou Ronaldo de Ramos Caiado, presidente da entidade. Um dos membros da UDR-GO, Altair Veloso, afirmou em reunião realizada em Presidente Prudente (SP) que "quem não sabe defender suas terras não tem direito a elas. Precisamos adquirir força para podermos reagir (aos que ocupam as propriedades como já acontece em Goiás)". Nesse sentido, a UDR já está mobilizando-se com vistas a estruturar-se a nível nacional, eleger constituintes em 86 e formar seu próprio "corpo de vigilância". E, para criar uma infra-estrutura que viabilize essas operações, já foi realizado na cidade de Goiânia um leilão de 1 mil bois. O leilão rendeu 1,6 bilhão e, na opinião do advogado Daniel Schwenck, defensor dos proprietários de terras de Pontal do Paranapanema (SP), se for aplicado o dinheiro em investimentos, só os juros pagarão com sobras um corpo de segurança. No dia 5 de novembro último foi realizada uma reunião, em Presidente Prudente, SP, cujo objetivo era a criação de uma força para-militar, a fim de impedir invasões de terras. Participaram dessa reunião, oficiais aposentados do Exército e da PM (os quais comporão a unidade especial), além de fazendeiros de vários pontos do país.

BN — Os excelentes resultados da última eleição, podem levar o PT a uma nova concepção sustentada mais amplamente numa linha de massas, ficando secundarizada a questão dos núcleos?

LULA — Eu digo o seguinte: no dia em que o PT esquecer a nucleação como fator determinante de sua sobrevivência, ele se acaba enquanto partido político. A questão do núcleo é tão importante que, se nós não levamos muito a sério, a gente descaracteriza a proposta do partido. Quer dizer: o PT não pode discutir política apenas de quatro em quatro anos, nas épocas de eleições. Isso, qualquer partido faz. Quando o PT discutiu a questão de nucleação, entendeu que ela era — e é — importante por vários fatores, inclusive o eleitoral. Mas, existem outros fatores prioritários além da questão eleitoral. Por exemplo: onde é que o cidadão vai discutir política se ele não tiver o núcleo de sua categoria, do local de trabalho, do bairro onde ele mora? Quando se discutiu a questão do núcleo era para fazer com que o partido fosse até às pessoas e não ficar esperando que as pessoas viessem ao partido. Por isso é que age assim o partido tradicional ou seja: o partido existe no centro de uma cidade e fica na expectativa que o povo, um belo dia, o procure.

E onde está o povo? O povo está no local de trabalho, no local de moradia. Então é preciso que se crie a nucleação. Ela é a única forma que você tem de fazer com que o cidadão comum, a dona de casa, o companheiro estudante, possam fazer política, possam militar, possam discutir seus problemas diários, os problemas nacionais e até os problemas internacionais. Eu acho que é a única forma que o PT tem de se contrapor ao poder econômico, na época das eleições.

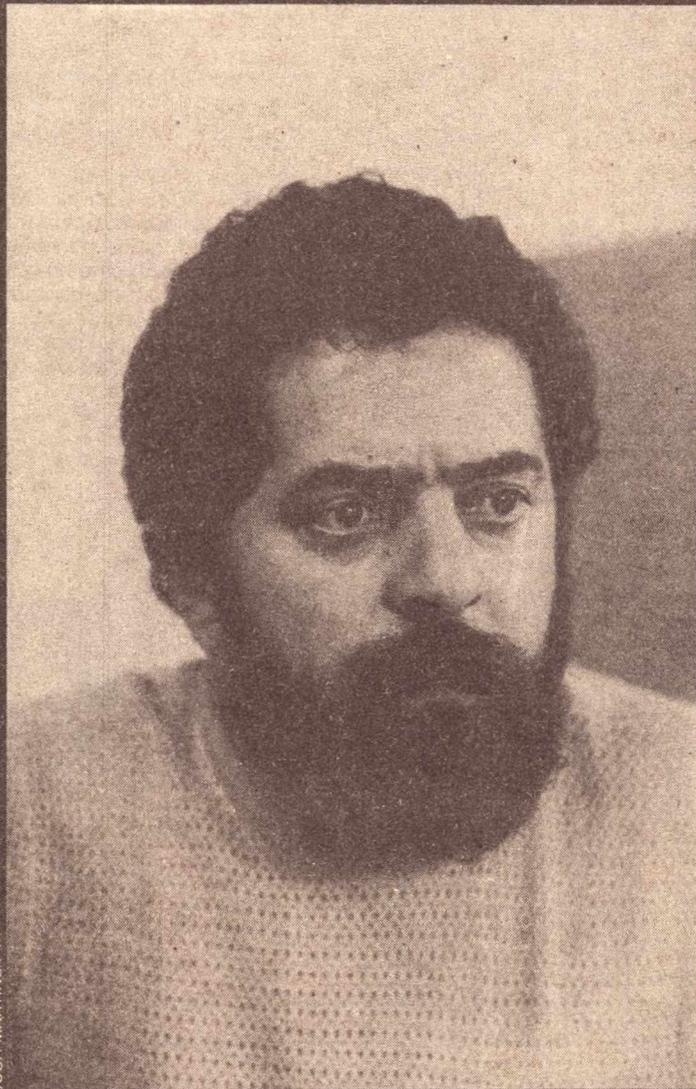
Mas também é a única forma que o PT tem de resistir concretamente a qualquer tentativa de endurecimento por parte do poder econômico e dos militares neste país. Precisamos encarar o núcleo com essa seriedade ou seremos um partido igual a tantos outros que já foram criados neste país e que não deram em nada, porque na hora em que veio o golpe militar acabou com tudo. Mas, se a gente tiver organização de base, seja num local de trabalho, seja num bairro, eu não acredito que golpe militar nenhum consiga acabar com a organização consolidada junto ao povo brasileiro.

BN — O PT, nas eleições de 85, teve um desempenho urbano excepcional. Nas regiões rurais o fato não ocorreu. É o PT se urbanizando e perdendo sua ligação com o campo ou é ainda a falta de estrutura organizativa nessas áreas?

LULA — Possivelmente eu não tenha uma resposta mais verdadeira para isso. Passar a idéia de que o PT é um partido meramente urbano é o que, normalmente a classe dominante tenta passar, é o que fazem também alguns cientistas políticos desinformados ou comprometidos com outros partidos políticos. Claro que o PT não é um partido que já tenha

“No dia em que o PT esquecer a nucleação ele se acaba enquanto partido político”.

LULA



JUCA MARTINS/F4

Na primeira parte da entrevista, Lula falou do crescimento do PT, a partir do desempenho eleitoral em novembro de 85. Alertou para o fato de que o partido vai crescer muito, mas não pode inchar. Agora, na seqüência final, Luiz Inácio da Silva defende arduamente a política de nucleação para o Partido dos Trabalhadores; mostra as dificuldades com que se depara o PT no processo de construção, no campo; avalia seu próprio comportamento na campanha eleitoral de São Paulo; e, finalmente, abre o jogo sobre o problema de coligação do PT com outros partidos.

(Rubens Lemos)

conquistado amplamente as massas trabalhadoras. Mas é nosso objetivo conquistar, é nosso objetivo ser o primeiro partido efetivamente representante da classe trabalhadora. Contudo, temos muito ainda que fazer. A gente sabe que o PT, hoje, em nove ou dez Estados da Federação, tem nos camponeses a maioria de filiados, mas isso não tem se traduzido em votos nas épocas eleitorais. E há uma explicação muito simples para isso: em primeiro lugar existe a dificuldade do companheiro do campo em comparecer a uma seção eleitoral para votar. Nós tivemos casos — como em Xapuri, no Acre —, onde 1.400 filiados nossos deixaram de votar, dando a vitória ao PT, em função da falta de transporte para levar essas pessoas. Em Santarém, muitos camponeses não puderam comparecer para votar porque tinham de andar 300 quilômetros ou tinham de viajar 24 horas pelo rio Tapajós. Isso é um fator predominante, mas a solução vem com o tempo. Com uma melhor estruturação do partido, com uma maior politização das pessoas, com a montagem de uma infraestrutura econômico-financeira o PT passa a colher, também no campo, resultados eleitorais extraordinários.

BN — Na campanha do Suplicy, em São Paulo, você não esteve tão assiduamente presente, até mesmo na televisão. Por quê?

LULA — Eu acho que dei à campanha do companheiro Suplicy aquilo que os companheiros do Comitê Eleitoral e da Direção Estadual exigiram de mim. Todos os compromissos que foram marcados para mim eu cumpri. Seja através da televisão ou seja através de convites. Eu estive presente, sim. Acontece que eu também percorri 38 cidades e mais 23 capitais.

Então, naqueles últimos sessenta dias que precederam as eleições, eu fui obrigado a correr todo o Brasil. Mas, estive na campanha do Eduardo de acordo com o necessário. Também não haveria problema de participação, pois São Paulo é um lugar privilegiado. São Paulo tem quadros militantes sindicais, tem muitos ativistas que podem fazer um determinado tipo de trabalho, não exigindo a presença da gente. Agora eu acho que poderia ter dado mais. Espero que nas próximas campanhas eu possa contribuir mais aqui em São Paulo.

BN — E sobre as coligações?

LULA — É um assunto que vem de longe, que tivemos de amadurecer no PT. Eu acredito que toda a direção tinha isso maduro, mas era preciso a gente passar isso para os companheiros militantes do partido que ainda têm verdadeira ojeriza dessa coisa chamada aliança ou coligação. Normalmente isso é visto com mais facilidade, com pouco mais de abertura, pelas pessoas que têm uma vivência política maior, que já tiveram maior formação política militando anteriormente ao PT. Mas, junto à base do PT, o problema é difícil, é um parto muito doloroso. E eu acho que, com certa razão, o PT conseguiu amadurecer essa idéia ou seja: você não deve colocar a questão da coligação como uma questão de princípio.



FIDEL E A RELIGIÃO



Conversas com Frei Betto

FIDEL E A RELIGIÃO

Entrevistas de Fidel Castro e Frei Betto.

Ainda restam alguns exemplares do Livro Fidel e a Religião à venda na Sede Nacional do PT. Por apenas Cr\$ 45.000 (sem incluir as despesas de correio) você poderá adquirir o seu e assim estará contribuindo financeiramente para o Partido. Mande o cheque para PARTIDO DOS TRABALHADORES

— Av. 11 de junho, 260 CEP 04041 São Paulo SP
— e receba seu livro em casa. Atenção: não trabalhamos com reembolso postal. Na compra de cinco volumes você recebe 10% de desconto.

QUE TAL UM NOVO VISUAL EM 86?

O bom trabalho de um free-lancer poderá ajudá-lo a começar bem o ano. Se você quiser um novo logotipo ou precisar de serviços como Ilustrações, Lay Out, Artefinal etc, escreva para Av. Bento Gonçalves, 2134 apartamento 302 — Porto Alegre — ou ligue para (0512) 23-4666 e fale com Ana Beatriz Boeira, para garantir o melhor visual do ano.

VENDO, pela melhor oferta, as seguintes coleções:

Revista BRASILIENSE, do N° 1 ao N° 51, faltando 10 números.
Revista ANHEMBI, 34 volumes entre os números 20 a 142.
REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, do n° 1 ao 22, faltando apenas os N°s 11, 12 e 13.
Revista ESTUDOS SOCIAIS, 8 exemplares dos números 1 a 19.
Revista LES TEMPS MODERNES, 20 exemplares de 1968 a 1973.

Acampados da Fazenda Annoni

Lula esteve no Rio Grande do Sul e trouxe um pedido de solidariedade dos acampados da Fazenda Annoni que diz o seguinte:

Entramos o ano lutando pelos nossos direitos e precisamos do apoio de toda a comunidade.

Apesar das dificuldades estamos recebendo alguma contribuição, como roupas e alimentos. Mas, nossas condições são precárias e cuidar da saúde não é fácil. Por isso estamos fazendo um apelo para que colaborem conosco enviando medicamentos. Ficaremos eternamente gratos. Para melhor aproveitamento dos medicamentos estamos enviando uma lista dos que são mais necessários:

ANALGÉSICOS, ANTITÉRMICOS,
ANTIESPASMÓDICO, ANTIÁCIDOS, GOTAS
OTOLÓGICAS, MIORRELAXANTE MUSCULAR,
ANTIDIARRÉICO, ANTIGRIPIAIS, COLÍRIOS
PARA CONJUNTIVITE, SULFADIOZINA,
TEOFILINA BERMÁCIA, DESCON, NALDECON,
VITAMINAS e POLIVITAMINAS, IODETO DE
POTÁSSIO, PERMANGANATO DE POTÁSSIO,
SULFAMETOXAZOL TRIMETOPRIMA, ÁGUA
OXIGENADA, SERINGAS, MERCÚRIO CROMO,
MERTHIOLATE, LUVAS, POMADAS
(antiassaduras, antimicóticas), CREME VAGINAL,
ESPARADRAPO, ÁGUA BORICADA, SORO
IDRAFIX, PLASIL e também LEITE DE SOJA
(Novo Milk).

Os medicamentos podem ser enviados aqui para a sede Nacional do PT — Rua 11 de junho, 260 Vila Clementino, CEP 04041 São Paulo — qualquer contribuição que você possa fazer será de grande valor para esses companheiros.



Você conhece a linha sindical do PT? Não?

Então adquira já a sua cartilha da LINHA SINDICAL DO PT, que contém as resoluções do Encontro Nacional Sindical do Partido, realizado em maio de 1985 em Diadema São Paulo. Ela pode ser encontrada em todos os diretórios ou na Sede Nacional (Av. 11 de junho, 260, CEP 04041, São Paulo, SP) por apenas Cr\$ 3.000 (sem incluir despesas de correio).

O preço de revenda para os diretórios é de Cr\$ 1.000

LINHA SINDICAL DO PT

REFORMA AGRÁRIA, JÁ!



REFORMA AGRÁRIA JÁ!

Meta a cara na cartilha da Reforma Agrária e só tire quando descobrir que ela é boa para todos nós.

Meta a cara... na cartilha da Reforma Agrária. Saiba por que ela beneficia não só aos trabalhadores rurais mas a toda a sociedade.

Adquira, leia e divulgue! Ela está a venda aqui na Sede Nacional do PT (Av. 11 de junho, 260 — CEP 04041 São Paulo SP) e custa apenas Cr\$ 3.000 (sem incluir despesas de correio). Peça logo a sua. Atenção: não trabalhamos com reembolso postal.

AGENDA PT 86

A agenda PT 86 teve grande aceitação pelos filiados e simpatizantes do partido. Apesar do atraso conseguimos atender todos os pedidos feitos pelos Diretórios. Agora restam apenas 1.500 agendas.

Aqueles que ainda desejarem garantir a sua poderão solicitá-la à Tesouraria Nacional pelo reembolso postal (Rua Santa Terezinha, 35 CEP 90040 — Porto Alegre) ou à Sede Nacional do PT (não trabalha com reembolso postal).

Aproveite e adquira a sua por apenas Cr\$ 30.000.

Para revenda os diretórios poderão adquiri-las por Cr\$ 20.000.

Os Estados do Norte e Nordeste devem fazer seus pedidos diretamente ao Diretório Regional do Ceará com o companheiro José Vital (Av. Filomeno Gomes, 100 bloco 3 — apt.º 308) fones: (085) 243-4447 / 226-9702 / 228-0911.

MATERIAL IMPRESSO PARA AS TESOURIARIAS

A Tesouraria Nacional informa aos Diretórios que dispõem dos seguintes materiais padronizados para o trabalho de arrecadação de mensalidades:

cartão de contribuição — Cr\$ 120,00;

ficha de filiação 4ª e 5ª via — Cr\$ 90,00;

carteira de filiado — Cr\$ 30,00;

bloco de controle (núcleos, Diretórios Municipais e Diretórios Estaduais) — Cr\$ 2.000,00.

Encomendas diretamente com a Tesouraria Nacional.

RIO Avanço sindical, fracasso eleitoral

A visão de Izabel Picaluga sobre os problemas do PT carioca.

No Rio de Janeiro, em que pese o irrisório resultado eleitoral na capital (em Volta Redonda alcançamos 11% dos votos e em Angra dos Reis 20%) a atuação dos petistas na área sindical foi sempre bastante expressiva. Por exemplo, em 1985 os sindicalistas petistas contribuíram para o fortalecimento da CUT, para a vitória da oposição em onze sindicatos e estiveram à frente da maior parte dos movimentos reivindicatórios e grevistas ocorridos no Estado. Este desempenho não está dissociado da Secretaria Sindical, que se constituiu na única instância partidária com vida perene até a Convenção Democrática de julho de 1985. Neste mês de janeiro voltou a reunir-se a Secretaria do PT/RJ. Essa retomada, cresce de importância porque o PT/RJ vem de um mal sucedido resultado eleitoral e precisa organizar-se para enfrentar questões como novo processo de Convenções democráticas e legais no partido, eleições em novembro, além dos congressos Estadual e Nacional da CUT, campanhas salariais unificadas, eleições sindicais, campanhas do PT e os problemas da área rural.

A Secretaria Sindical no RJ foi criada em 1981 tendo como objetivos principais incentivar no Partido a criação de Núcleos de Categoria e articular a atuação dos sindicalistas petistas nas lutas das próprias categorias, nas entidades sindicais e na Comissão Intersindical do RJ. Em 1982 quando o conjunto partidário voltou-se para as eleições, a Secretaria Sindical manteve-se como o local onde se discutiam questões políticas — não apenas de política sindical — e essa dinâmica foi mantida nos anos seguintes.

Com o fraco resultado eleitoral obtido em 1982, ocorreu um grande desestímulo à militância partidária, os núcleos se desmobilizaram, alguns diretórios se desfizeram, muitos petistas “brizolaram” e acirrou-se a luta interna no partido. Se em 1983 o Partido não se diluiu em nosso Estado deve-se isto, em grande parte, à Secretaria Sindical que continuou a aglutinar semanal-

mente sindicalistas e não sindicalistas, realizou Ativos e Encontro Estadual, divulgou periodicamente seu Boletim Informativo (contando para isso com a sustentação financeira dos próprios sindicalistas) e deu continuidade à luta pela criação da Central Única dos Trabalhadores. Não foi sem contradições e lutas internas que os sindicalistas petistas extraíram — no interior da Secretaria Sindical — uma linha para intervenção na Comissão Nacional Pró-CUT, na Comissão Intersindical do RJ e no III ENCLAT.

A fundação da CUT/RJ, em abril de 1984, sem sombra de dúvidas deveu-se ao esforço da Secretaria Sindical do PT/RJ, e a primeira direção estadual da CUT contou quase exclusivamente com petistas, e a maior parte deles frequentadores da Secretaria Sindical.

A falta de foruns de discussão política no interior de nosso partido, a desmobilização dos núcleos de base e a ausência da Direção partidária nas lutas do Estado ressaltam o papel desenvolvido pela Secretaria Sindical. Ainda em 1984, após a rejeição do Congresso Nacional, do Projeto da **Diretas Já**, a S. Sindical PT/RJ a defesa do não comparecimento do Partido dos Trabalhadores ao Colégio Eleitoral. Discussões, cartazes e panfletos foram promovidos pelos militantes da S. Sindical durante todo o segundo semestre daquele ano, ao mesmo tempo em que se iniciava a discussão das eleições no Sindicato dos Bancários. E em janeiro de 1985, enquanto a Direção Regional se posicionava oficialmente pela participação na chapa da situação, a Secretaria Sindical liderava o apoio à chapa da CUT.

A vitória da oposição naquele sindicato propiciou uma virada no movimento sindical no Rio de Janeiro, e o II Congresso Estadual da CUT foi realizado com a participação de novas entidades e categorias sindicais, inclusive com a participação de novos setores do PDT.

As eleições dos Bancários, a questão da CUT e a disputa interna deixaram, no entanto, seqü-

elas que se tornaram mais evidentes durante e após a Convenção Democrática de julho de 1985. A discussão sobre a candidatura própria ou participação na Frente Rio, as disputas internas — não resolvidas — pela hegemonia no Partido, o abandono do interior do Estado, a ausência da Direção Regional das lutas no Estado e o tom da campanha eleitoral pela Prefeitura do RJ contribuíram para o esvaziamento do Partido, que não conseguiu nem repetir em números absolutos o resultado de 1982. Desse esvaziamento não escapou nem mesmo a Secretaria Sindical, sendo, no entanto, digno de registro, o número de eleições sindicais vitoriosas no período, e o fortalecimento da CUT, ambos com a presença destacada de sindicalistas petistas.

A retomada da atividade da Se-

cretaria Sindical se apresenta como medida imprescindível neste ano de eleições majoritárias e proporcionais, quando o partido deverá se mostrar mais preparado para os embates institucionais, para a aplicação da Linha Sindical e para o enfrentamento proposto pela CUT no sentido de recuperar para a classe trabalhadora o que foi perdido nos últimos anos e avançar na organização do sindicalismo classista na cidade e no campo.

A discussão política, a troca de experiências e a socialização de informações, a partir das Secretarias Sindicais deverão municiar o conjunto partidário para a modificação das condições de vida e trabalho do povo sobre o socialismo que nos interessa.

Izabel Fontenelle Picaluga
membro da CEN do PT



Um pedido de desculpas: Alguns artigos desta edição tiveram que ser cortados por terem ultrapassado o tamanho combinado. Pedimos aos colaboradores que enviem seus artigos rigorosamente dentro do prazo e do tamanho acertados. As colaborações voluntárias são bemvindas e serão publicadas no todo ou em parte, a critério da redação.



FELICITAS BARRETO

Saudações Indígenas

Pão de Açúcar (AL), 27/01/86.

A Comunidade indígena XOKÓ, da ilha de São Pedro (município de Porto da Folha, no estado de Sergipe) vem parabenizar a Direção Nacional do PT pela decisão do PT de Sergipe de não aceitar em sua agremiação o Sr. Carlos Ayres de Brito, da família de fazendeiros que vem ameaçando constantemente o povo XOKÓ que há anos luta para reconquistar suas terras, que estão ocupadas pelos Brito.

Cacique Apolonio Xokó

Estamos com os índios na luta pela terra

Manifesto do PT de Itabuna — Bahia

No período de 18 a 21 de novembro de 1985, os índios Pataxós-Hãhãhãe retomaram as terras de sua reserva em Pau-Brasil (BA), que haviam sido invadidas por grileiros, amigos de João Duval e Antonio Carlos Magalhães (Tito Barreiros Machado, Mudinho Nascimento, Theódulo Cerqueira e Faraldes Cruz).

Cansados de esperar, os índios resolveram retomar o que é seu e foram desalojados por

soldados da polícia militar, sob as ordens do governador. A polícia agiu com extrema violência, espancando homens, mulheres grávidas e crianças, simulando fulizamentos e humilhando a comunidade indígena, num ato totalmente arbitrário e ilegal.

A Funai não fez nada de concreto até o momento, mostrando que na Nova República o direito das minorias continua sendo desrespeitado.

O Partido dos Trabalhadores vem a público manifestar o seu repúdio à política de proteção a criminosos, grileiros e invasores, amigos do Governador Antonio Carlos Magalhães.

Nosso partido continuará apoiando e se somando à luta dos índios pelo seu direito à terra.

Nota à população de Roraima

O PT vem a público denunciar a prisão e espancamento de cinco índios, ocorridos no último dia 4 de janeiro, na Maloca do Boqueirão, município de Alto Alegre.

O grileiro João Bessa, também conhecido como João Magalhães, que se alega proprietário de uma gleba de terra, em área indígena já delimitada pela Funai, financiou a ação da Polícia Militar, que prendeu cinco índios que trabalhavam em suas próprias terras, numa roça comunitária da Maloca.

Após a prisão houve o espancamento e foram removidos à Penitenciária de Boa Vista, acusados de duplo crime: furto de madeira e organização de quadrilha.

Com a pressão exercida pelas comunidades indígenas do Território e de outras partes

do país, a Funai se mobilizou, sendo os índios libertados sob fiança na tarde do dia 8, devendo responder a processo em liberdade.

O PT repudia este ato de flagrante desrespeito e violência à comunidade indígena, praticado pela Polícia Militar do Governo do Território, que vem atuando em áreas indígenas, transgredindo lei federal e a serviço de interesse espúrios.

PT — Comissão Provisória de Roraima



“Queremos que o Brasil seja petista”

Anápolis (GO), 7/1/86

A constante movimentação dos meios políticos de todo o país, em torno do PT, a respeito do seu crescimento, nos engrandece e nos deixa alertas. Alertas por sabermos que existem políticos de profissão, que querem permanecer, simplesmente, ganhando sem fazer nada.

É por isso que a preocupação, não só minha mas de todos os militantes do PT, com quem conversei a respeito da possível invasão do partido por políticos descompromissados com as lutas dos trabalhadores, é de que o PT após essa invasão, se torne um partido comum, como aconteceu com outros na mesma condição.

O que é preciso ficar bem claro é que o PT é um partido democrático, aberto, e de maneira alguma fechará suas portas, mas, também, é preciso deixar claro que os novos possíveis integrantes do partido terão que se ajustar à sua linha básica, e não o contrário.

Queremos que o Brasil seja petista, que os trabalhadores, força motora de tudo, tomem consciência disso, mas, como disse o Lula, o PT vai, e tem que crescer, mas sem inchar,

Jucelino M. Polonial



E o Rio, continua lindo?

Rio de Janeiro, 06/01/86

Será que as eleições diretas para prefeito serviram de lição para a Direção Regional do PT/RIO, ou teremos que sofrer outra derrota em 86 para modificar o comportamento dos “teóricos” do Rio com relação aos horários de reunião, briga interna, perseguição a companheiros que não pertencem a nenhuma facção etc?

Acho que está na hora de mudar a sorte no Rio! PT Saudações!

Marat Calado



PT cresceu e crescerá mais no MT

Corumbá (MT), 3/janeiro/86

É inegável o crescimento do PT em Corumbá (MT). Primeiro, porque lançou um novo estilo de fazer política em nossa cidade, quando apresentou ao povo uma proposta séria de governo, proposta renovadora, que teve como ponto de partida a Justiça Social. Segundo, porque deu uma grande lição aos nossos opressores quando desafiou o poder econômico e a máquina administrativa, dois fatores geradores da vitória do PMDB em nossa cidade, em nosso Estado e no País. Terceiro: não coligou com nenhum partido e se manteve unido. Com 2.150 votos distanciado um pouco do PDS e do PFL, dois outros opositores que também usaram o poder econômico para ganhar eleições, o Partido dos Trabalhadores foi o único partido vitorioso neste processo eleitoral, o único que na realidade começou a politizar o nosso povo... O PT em 1986 irá crescer ainda mais porque pretende trabalhar com o povo, na luta por melhores condições de vida...

Jorge Vancho Panovich



“Agora todos querem ouvir o PT”

Urubici (SC), 28/11/85

Tenho participado, desde 79, das atividades de organização do PT, atraído pelas suas propostas inovadoras e honestas na defesa daqueles que constroem a riqueza da Nação e dela não se beneficiam.

Sempre defendi posições que privilegiavam a independência do PT, mesmo que isso acarretasse um isolamento.

O episódio das **diretas** já provou como manobrar a massa para atender aos interesses das classes dominantes.

Nesse momento, o PT mostrou sua coerência não comparecendo ao Colégio Eleitoral, denunciando a manobra. O PMDB conquistou o poder, mas, logo em seguida, esquece suas promessas.

A resposta do povo foi dada nas urnas. O trabalhador começa a conscientizar-se de que somente o PT tem programa e propostas reais.

O desempenho do PT nas eleições municipais, contando com poucos recursos financeiros, é um marco na história política deste País.

Todos queremos ouvir o PT agora. Por isso deve o PT manter sua serenidade e independência, rejeitando alianças e coligações espúrias.

O PT tem seu próprio caminho e não pode decepcionar aqueles que nele acreditam. Saudações Petistas.

Luiz Azarany

E a campanha?

Belo Horizonte, dez. de 1985.

Gostaria de saber por que não se está dando prioridade à campanha de assinatura do BOLETIM NACIONAL?... Não dá para criarmos um partido de massas sem um canal de comunicação com o povo. Acho que o Boletim Nacional tem que, progressivamente, se tornar um jornal periódico para que possamos levar nossas propostas à sociedade...

Eduardo Armond

Caxias do Sul, 10/jan./86

O Diretório Municipal do PT-Caxias do Sul está lançando no município uma campanha de assinaturas do BOLETIM NACIONAL., com meta estipulada em 100 novas assinaturas e para nosso controle de quem são os assinantes do município, confeccionamos um talão próprio de assinaturas... Certos da importância da campanha, subscrevemo-nos.

Evandro Sartori
Secretaria de Finanças



O BN responde:

Cumprimos nossa promessa. O BN já é publicado mensalmente e a partir desta edição terá 16 páginas. Parabenizamos os companheiros de Caxias do Sul e outros que tomaram a iniciativa de trazer para o BN novos assinantes. A campanha depende da participação de cada leitor, de cada petista. Se cada um de nós conseguir três novos assinantes já estaremos desenvolvendo uma ótima campanha.

Ala Jovem: Prós e contras

Criciúma (SC), 08/01/86.

No BOLETIM NACIONAL de dezembro percebi a preocupação de um companheiro em propor que se faça um Encontro Nacional com o objetivo de criar uma ala jovem do PT. Eu acredito que num partido jovem, seja desnecessária a criação de uma nova ala. Dividir um partido por tempo de vida é coisa comum em partidos tradicionais, onde os vícios passam de geração à geração. E enquanto ao fato de os jovens estarem entregues ao modismo ou populismo dos meios de comunicação, isto é coisa peculiar do capitalismo. PT sem divisão!

Joaquim Teixeira Netto

Osasco (SP), 10/12/85

Lendo o BOLETIM NACIONAL nº 15, vimos a preocupação do companheiro Dirceu Messias, de Porto Alegre, em criar a nível nacional a Juventude do Partido... Informamos aos companheiros jovens do partido, que em Osasco já existe a juventude petista de várias categorias (metalúrgico, bancário, estudante, desempregado etc).

Endossamos a proposta do companheiro Dirceu no sentido do Encontro Nacional, mas entendemos que é tarefa dos Diretórios Regionais impulsionar a criação da juventude local, culminando em Encontro Estadual.

Nesse sentido temos interesse em manter contato com todos os companheiros interessados em criar, a nível nacional, a Juventude Petista. Saudações Petistas! Maiores informações no Diretório de Osasco, rua Nossa Senhora de Fátima, 30 — Centro. Fone.: 801-1343.

Juventude Petista de Osasco

CUPOM DE ASSINATURA

Faça já sua assinatura enviando um cheque juntamente com este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES - BOLETIM NACIONAL - Av. 11 de junho, 260 CEP 04041 São Paulo SP

QUERO SER ASSINANTE DO BOLETIM NACIONAL

Nome

Rua n.º

CEP Cidade Estado

Anual ---Cr\$ 20.000
Bianual ---Cr\$ 30.000

Em caso de renovação da assinatura ou mudança de endereço, anexe ao cupom a etiqueta de envio do Boletim

NICARÁGUA 86

Relato especial para o BOLETIM NACIONAL do nosso companheiro Marco Piva que acaba de voltar da Nicarágua.

Quando me perguntam se haverá realmente uma invasão norte-americana na Nicarágua, eu simplesmente respondo que essa invasão já começou a partir do momento em que o povo nicaraguense decidiu ser livre. Não são necessárias tropas norte-americanas para constatar que o Presidente Ronald Reagan pratica uma das mais covardes ações contra a soberania da América Latina ao querer destruir a Revolução Popular Sandinista, que é tão nossa quanto de nossos irmãos nicaraguenses.

A luta, portanto, é entre o pequeno Davi e o gigante Golias, para citar uma passagem bíblica de profunda atualidade.

E o pequeno Davi não passa de um país de pouco mais de 135 mil quilômetros quadrados e menos de três milhões de habitantes, o que equivaleria à metade do estado de São Paulo e praticamente à população do bairro de São Miguel Paulista, na periferia da capital. Os nicaraguenses produzem principalmente açúcar, café e algodão. Quase tudo aquilo que se refere a produtos manufaturados de consumo durável (geladeira, TV, rádio, carro etc) tem que ser importado. Essa situação de subdesenvolvimento mostra ainda o "interesse" que os Estados Unidos tinham pela Nicarágua e o papel que ela lhe correspondia no plano global da dominação imperialista. O terremoto de 1972, que praticamente engoliu Manágua matando cerca de 20 mil pessoas, veio somar-se à tragédia maior que era viver sob uma ditadura.

"o poder de fato nas mãos das classes populares"

O atraso econômico e a injustiça social dela resultante poderiam ser superados com a ascensão ao poder de um governo comprometido com a transformação radical da sociedade. Esse é o caso da Nicarágua, que explica, inclusive, o atual comportamento agressivo da Casa Branca.

Se considerarmos apenas o fator força, efetivamente a Nicarágua estaria condenada na guerra que lhe declarou os Estados Unidos. Porém, devemos analisar outros fatores que, creio, jogam um papel fundamental para manter a Revolução Sandinista e fazê-la avançar dentro da atual conjuntura internacional.

O processo que desembocou na vitória sobre a ditadura somozista não

foi fruto do acaso. Obedeceu um determinado momento que propiciou o avanço das forças populares e democráticas e sua hegemonia no amplo leque dos setores sociais que promulgavam pela saída de Somoza. A burguesia oposicionista participou da luta ao lado da Frente Sandinista não porque desejava a mudança estrutural da sociedade, mas porque queria garantir uma transição conservadora que assegurasse a continuidade do sistema de exploração sob nova cara. O apoio popular à proposta revolucionária da FSLN dissipou o sonho da burguesia...

sem "transição de cartilha"

O programa revolucionário deve ser entendido no contexto em que se desenvolve a própria sociedade nicaraguense. Por isso, os sandinistas são avessos a qualquer "transição de cartilha". Se não fosse assim, bastaria decretar o socialismo e tudo estaria resolvido. Os três pontos principais do governo revolucionário são o não-alinhamento internacional, a economia mista e o pluralismo político. Eu diria que é um programa efetivamente revolucionário se tomamos em conta o panorama existente na América Latina e principalmente que o poder está de fato nas mãos das classes populares, os poderes político e militar.

"em defesa de um processo revolucionário."

É uma questão de garantir, antes de tudo, a defesa de um processo revolucionário situado numa região estratégica para o imperialismo norte-americano. Portanto, a questão hoje não é discutir se os sandinistas estão corretos ao aplicar estes princípios, mas sim reforçar a luta contra a agressão imperialista na região e especialmente na Nicarágua.

Desta forma, estaremos colaborando de uma maneira concreta para o avanço dos movimentos revolucionários no continente. Esta deve ser a resposta mais lógica das forças revolucionárias, populares e democráticas no atual momento. Aumentar a solidariedade com a Nicarágua significa potencializar a nossa proposta de transformação social.

A tendência do governo norte-americano é seguir agredindo e boicotando economicamente a Revolução Sandinista. Nesse contexto devemos entender também a importância da ajuda do bloco socialista aos revolucionários nicaraguenses através de linhas de crédito e transferência de tecnologia que são fundamentais para a sobrevivência econômica do país e seu posterior desenvolvimento. A colaboração dos países do leste europeu e de Cuba advém de acordos sem condições prévias, o que é muito diferente da "ajuda" dos países industrializados do ocidente. Que moral têm os Estados Unidos para criticar a ajuda do bloco socialista à Nicarágua quando, além de implementarem um bloqueio econômico contra esse país, ainda impõem uma política neocolonialista ao Terceiro Mundo através da dívida externa? O bloco socialista é um aliado estratégico dos movimentos, povos e governos que lutam pelo progresso e a paz mundial.

O próprio Pentágono admitiu recentemente que a "contra" não tem possibilidade alguma de derrotar militarmente o governo sandinista. O presidente Ronald Reagan está entrando na fase final do seu último mandato e não se tem certeza da reeleição de um candidato de extrema-direita que continue sua obra maligna. Objetivamente, lhe restariam três alternativas: a invasão direta, a negociação ou um acordo com o próximo governo americano para o prosseguimento do assédio econômico contra a Nicarágua. A primeira alternativa implica custo político internacional que, hoje, os Estados Unidos não te-

riam condições de arcar, embora, nas mentes extremistas da Casa Branca pouco vale a opinião pública mundial. Por outro lado, haveria um custo interno que poderia ser fatal para a atual linha política do Partido Republicano. Isso sem contar que uma invasão direta teria que recorrer a um massacre maciço da população nicaraguense, o que de modo algum garantiria a vitória americana. A segunda possibilidade já foi descartada recentemente como parte da política de bravata da administração Reagan, embora diante da realidade muita coisa possa mudar. A última hipótese dependeria em parte das próximas eleições presidenciais, mas as últimas atitudes do Congresso americano de apoio aos "contra" me levam a crer que os Estados Unidos ainda prosseguirão por um bom tempo tentando sufocar economicamente a Nicarágua para criar um clima interno insuportável que obrigue a Revolução a negociar ou com os "contras" ou pelo menos com a oposição legal encabeçada pelo cardeal-arcebispo de Manágua, dom Miguel Obano y Bravo. Nesse sentido é que as forças reacionárias que atuam livremente no país vêm insistindo tanto com a questão do "diálogo" e da "reconciliação" para alcançar a "paz tão desejada". Os dirigentes sandinistas já disseram que "não negociam com o cão mas com seu dono".

"a Revolução é um processo irreversível."

Portanto, a perspectiva aponta na direção da continuidade do conflito militar, com boas chances de uma vitória sandinista até o final de 1987.

A economia nacional deverá ter neste ano uma ligeira recuperação em função da assinatura, em dezembro de 1985, do primeiro acordo efetivo da Nicarágua com o Mercado Comum dos países socialistas. A ajuda do bloco socialista até agora tinha sido conjuntural, pois a vitória da Revolução Sandinista se deu quando o quinquênio 80-85 já estava planejado. O fortalecimento do poder político e incontestável em função da reestruturação das organizações de massa e da própria luta "contra". Essa situação mostra uma realidade: a Revolução Sandinista como todo processo popular é irreversível.

Marco Piva



BOLETIM NACIONAL

Órgão informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Avenida 11 de Junho, 260 CEP 04041 São Paulo SP.

Nº 15 — Janeiro de 1985

Editor: Bernardo Kucinski / Secretária de Redação: Marisa Lourenço / Redação: Rubens Lemos / Diagramação: José Ramos Neto / Produção e Distribuição: Angélica Atala, Alberto dos Santos e Mauro di Deus / Composição: Fotolito e Impressão: Editora Jorúns / Tiragem: 60.000

0362673

LUIZ SERGIO G DA SILVA
RUA JOAQUIM TAVERA 1589
04015 SÃO PAULO SP